

**O POLÍTICO NO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO: A PALAVRA VADIA
E SEUS MOVIMENTOS DE (RE)SIGNIFICAÇÃO**

São João del-Rei

2021

**O POLÍTICO NO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO: A PALAVRA VADIA
E SEUS MOVIMENTOS DE (RE)SIGNIFICAÇÃO**

Linha de pesquisa: Discurso e Representação Social

Orientadora: Profa. Dra. Luciani Dalmaschio

Aluna: Leânia Magalhães Ursine

São João del-Rei

2021

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

U82p Ursine, Leânia.
O político no Acontecimento Enunciativo: : a
palavra vadia e seus movimentos de (re)significação /
Leânia Ursine ; orientadora Luciani Dalmaschio. --
São João del-Rei, 2021.
96 p.

Dissertação (Mestrado - Letras) -- Universidade
Federal de São João del-Rei, 2021.

1. Vadia. 2. Semântica da Enunciação. 3. Mulher. 4.
Político. I. Dalmaschio, Luciani , orient. II. Título.



Leânia Magalhães Ursine

**O POLÍTICO NO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO:
A PALAVRA VADIA E SEUS MOVIMENTOS DE
(RE)SIGNIFICAÇÃO**

Banca Examinadora

Prof.ª Dr.ª Luciani Dalmaschio – UFSJ
(Presidente/Orientadora)

Prof.ª Dr.ª Luciana Fracassi Stefaniu – UNICENTRO
(Titular Externa)

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção - UFSJ
(Titular Interno)

Prof. Dr. Luiz Manoel da Silva Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras

Março de 2021

DEDICATÓRIA

As minhas filhas, Joana e Beatriz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, que nos enchia de cuidados e comidas gostosas e ao meu pai, que nos contava histórias para dormir. A infância me deixou as marcas da alegria.

Agradeço as minhas filhas, Joana e Beatriz, que me ensinaram que para voar é preciso ter chão. Que me encheram de forças para continuar a caminhada acadêmica. Com elas, voltei a brincar. Agradeço ao meu companheiro Sávio, pelo encorajamento, pela alegria, cuidados, paciência e por segurar a minha mão.

Agradeço aos meus irmãos, William, Leonardo, Maurício e Denise, pelo apoio, mesmo de longe.

Agradeço a minha querida orientadora, professora Luciani Dalmaschio, pela delicadeza do dizer, pela orientação afetuosa e cheia de propriedade, pelos ensinamentos transmitidos com amor pelo que se faz e por me ajudar a descobrir que eu podia escrever.

Agradeço aos professores da banca, Antônio Luiz Assunção e Luciana Fracassi Stefaniu, pela leitura atenta e contribuições enriquecedoras. Um agradecimento especial ao professor Antônio Luiz Assunção, o querido Toninho, pelas sugestões e comentários instigantes no exame de qualificação, tão importantes para o desenvolvimento desta dissertação.

Ao Promel e a todos os meus mestres professores, que contribuíram para o meu crescimento acadêmico.

Aos colegas do Promel, pela alegria de conviver e compartilhar experiências.

À UFSJ, pela minha graduação.

À CAPES, pelo apoio financeiro à minha pesquisa.

Ao grupo de pesquisa da UFSJ, coordenado pela professora Luciani Dalmaschio, que muito me fez crescer, não só academicamente, mas como pessoa também. Agradecimentos especiais à Edna, Vic, Laura, Juliemerson, Ana e Júlio, pelo apoio, leituras e discussões cheias de afeto.

RESUMO

Devido às novas significações da palavra vadia, com sentidos de valorização da mulher, surgidas a partir da Marcha das Vadias, em edições que ocorreram de 2011 a 2018 aqui no Brasil, elegemos a nomeação ‘vadia’ como objeto de estudo. Nosso aporte teórico para esse estudo são os pressupostos apresentados pela Semântica da Enunciação. Por carregar em si produções de sentidos distintos e, por vezes, opostas, a depender do espaço enunciativo no qual se encontra, a palavra ‘vadia’ é profícua para a percepção do político operando na língua. Assim, em termos mais abrangentes, nosso objetivo principal é a reflexão sobre os agenciamentos enunciativos, configurados politicamente, que são realizados, a fim de que ocorra a (re)significação dessa palavra. Para desenvolver a análise a que nos propomos, buscamos, inicialmente, por textos que discutem a história da mulher. A seguir, elaboramos o *corpus* da pesquisa por meio de entradas de busca nas plataformas *Google, Twitter e YouTube*, à procura de referenciais históricos que ancoram a regularização do sentido pejorativo da palavra vadia, combatido pela marcha, assim como enunciados que constroem um novo referencial, o da liberdade da mulher. E, por fim, apresentamos os movimentos de sentido acerca da representação social da mulher, apontada pela significação de liberdade reescrita em vadia, ou seja, analisamos o político operando na/pela língua através do sujeito político.

Palavras-chave: Vadia. Semântica da Enunciação. Mulher. Político.

ABSTRACT

Due to the new meanings of the word “slut” in terms of valuing women, which emerged from the Slutwalk, in editions that took place from 2011 to 2018 in Brazil, we elected the nomination “slut” as the object for study. Our theoretical contribution to this study is the assumptions presented by the Semantics of Enunciation. As this word has productions of different and sometimes opposite meanings, the noun "slut" is useful in the perception of the political operating in the language. Hence, in broad terms, our main aim is the reflection about enunciative assemblies, politically configured, which are performed concerning the (re)meaning of such a word. In order to develop the analysis that we propose, we search for texts that discuss the women’s history. Moreover, we collected the corpus through search on the Google database, and Twitter and YouTube platforms, looking for historical referentiality that attach the regularization of the pejorative meaning of the noun "slut", fought by the walks, as well as statements that build a new referentiality, the women's freedom. Ultimately, we present the movements of meaning about the social representation of women, marked by the meaning of freedom rewritten as a slut, i.e., we analyzed the politics operating in the language through the political subject.

Keywords: Slut. Semantics of Enunciation. Woman. Politic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Marcha das Vadias 2011	39
Figura 2	Marcha das vadias 2016	42
Figura 3	Marcha das Vadias 2012	44
Figura 4	Título de livro	45
Figura 5	Faixa em estádio	45
Figura 6	Exposição	45
Figura 7	Convite	45
Figura 8	Cartaz de divulgação	46
Figura 9	Meme	46
Figura 10	Utilitários	46
Figura 11	Propaganda publicitária da marca de panelas PANEX	50
Figura 12	Print da tela de busca da palavra ‘vadia’	58
Figura 13	Dicionário	59
Figura 14	Citador – frases	60
Figura 15	Página do Facebook – “Eu não mereço uma mulher rodada”	63
Figura 16	Site Diário por escrever	65
Figura 17	Página do Facebook – “Eu não mereço uma mulher rodada”	66
Figura 18	Marcha das Vadias 2012	70
Figura 19	Marcha das Vadias 2011	71
Figura 20	Marcha das Vadias 2014	72
Figura 21	Marcha das Vadias 2015	73
Figura 22	Publicação em artigo	74
Figura 23	Reportagem do WebSite (Em)foco	75
Figura 24	Site Myportfólio de Lisa Cristina	76
Figura 25a	Print da tela da audiência do julgamento	81
Figura 25b	Print da tela da audiência do julgamento	82
Figura 26	Print da tela do <i>Twiter</i>	86
Figura 27	Print da tela do <i>Twiter</i>	87
Figura 28	Charge	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Rede enunciativa 1: reescritura de vadia com valoração negativa	64
Quadro 2	Rede enunciativa 2: reescritura de vadia com valoração negativa	67
Quadro 3	Rede enunciativa 3: reescritura de vadia com valoração negativa	68
Quadro 4	Rede enunciativa 4: reescritura de vadia com valoração negativa	69
Quadro 5	Rede enunciativa 5: reescritura de vadia por livre	73
Quadro 6	Rede enunciativa 6: reescritura de vadia por livre	74
Quadro 7	Rede enunciativa 7: reescritura de vadia por livre	76
Quadro 8	Rede enunciativa 8: O político na linguagem	84
Quadro 9	Rede enunciativa 9: O político na linguagem	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 MULHER: A LÍNGUA, A HISTÓRIA.....	15
1.1 Grande Deusa, Grande Mãe: o Outro absoluto	15
1.2 Bruxas, prostitutas, vadias: as mulheres desviantes/transgressoras	19
1.2.1 A mulher bruxa.....	19
1.2.2 A mulher prostituta.....	22
1.2.3 A mulher vadia.....	25
1.3 O feminismo e os Outros	26
2 SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO.....	30
2.1 Enunciação.....	30
2.1.1 Espaço de enunciação.....	33
2.1.1.1 O político no espaço de enunciação.....	34
2.1.1.2 Cena enunciativa: agenciamento do sujeito na enunciação.....	40
2.1.1.3 Referencial histórico (memorável) x Pertinência enunciativa (atualidade).....	47
2.1.2 Reescrituração.....	51
3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	55
4 HORIZONTES DE ANÁLISE: A PALAVRA VADIA EM ENUNCIÇÃO.....	57
4.1 A ancoragem referencial de ‘vadia’: um olhar para o memorável.....	57
4.2 Vadia, não: livre. A reescrituação e o movimento de significar.....	70
4.3 Vadia ou livre? Produzindo um olhar sobre as diferenças.....	76
CONCLUSÕES.....	90
REFERÊNCIAS.....	93

INTRODUÇÃO

O imaginário que envolve a figura feminina traz em sua constituição histórica e enunciativa marcas de submissão ao homem. Por longos períodos, o corpo feminino, o seu espírito, a sua sexualidade, os seus mitos, ou seja, praticamente tudo o que se refere às mulheres, foi construído e contado a partir da perspectiva e das leis masculinas.

A subestimação da mulher, das suas subjetividades e desejos, o cerceamento da sua voz e sexualidade, tudo isso produziu enunciados que sedimentaram a imagem feminina, por um longo tempo, como a de um ser de natureza inferior e objeto de dominação, impedindo-a de participar ativamente na elaboração do mundo e exercer sua autonomia e liberdade.

Desde a colonização, a visão teológica cristã ocidental, sustentada no mito de Adão e Eva, se impôs culturalmente ao Brasil, instalando a mulher em um lugar de suscetibilidade e fraqueza moral, ao partir da afirmação de que é ela que, tentada pela serpente, oferece ao homem o fruto do pecado, desviando-o do bom caminho da virtude e moralidade.

Entre os séculos XVI e XVIII, houve um acirramento da ‘caça às bruxas’, marcando um tempo no qual a Igreja julgou inúmeras mulheres por supostos atos de heresia. Práticas mágico-religiosas, assim como saberes ancestrais de cura e benzeduras, transmitidos de geração a geração, foram considerados obras insufladas pelo demônio. Embora uma grande parcela de homens tenha sido criminalizada também, como mostram os documentos da época, o peso da discriminação caiu sobre os ombros da mulher.

No final do século XIX e início do século XX, a partir da expansão do mercado capitalista e do reconhecimento da prostituição como profissão, há uma crescente polarização da figura feminina. Os clichês ‘honesta’ e ‘esposa dedicada’, e seus opostos, ‘desonesta’ e ‘mulher da vida’, passam a habitar fortemente o imaginário da época, encobrendo as nuances existentes entre esses polos. A prostituição, ao configurar um espaço visível e quantificável, possibilita a construção de um universo empírico que categoriza e define a identidade feminina a partir de um campo científico constituído por um viés enunciativo masculino e ‘universal’.

Nesse mesmo período, em uma relação de proximidade com a palavra ‘prostituta’, surge a nomeação ‘vadia’, que marcou tanto as mulheres que circulavam pelas ruas devido a uma situação marginal e/ou de subemprego, como também aquelas que, de alguma forma, rompiam com as regras e códigos de comportamento social.

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, devido à emancipação de uma significativa parcela de mulheres, atuantes em novas frentes de trabalho, surgem revistas

femininas que as representam de forma positiva, com especificidades e particularidades nascidas de necessidades próprias. Com isso, intensificam-se os embates entre os dizeres institucionalizados que nomeiam como vadia a mulher que se distancia do referencial da boa esposa, mãe e dona de casa e os dizeres ancorados em novos referenciais, que a predicam como corajosa e combativa.

Em 2011, o nome vadia traz uma nova significação, vindo a tensionar ainda mais o conflito entre enunciados polarizados sobre a mulher, já há muito tempo em curso. Isso se deu devido a uma palestra sobre segurança em uma universidade na cidade de Toronto, Canadá, quando um policial disse que as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem vítimas de assédio sexual. Essa afirmação, que justifica a cultura do estupro por culpabilizar as mulheres pela violência cometida contra elas, fez com que milhares de feministas saíssem às ruas em protesto contra a opressão, em um movimento que se tornaria mundial: o *Slut Walk*¹. Traduzido no Brasil por Marcha das Vadias, e organizado por meio da mídia eletrônica, o movimento brasileiro contou com edições anuais que ocorreram no período de 2011 a 2018. Nelas, inúmeras enunciações (em faixas, cartazes e escritas feitas no corpo) se apropriaram da palavra vadia ressignificando-a a partir de um novo referencial, oposto àquele institucionalizado: o referencial da liberdade.

Diante desse movimento feminino e da história de predicções pejorativas produzidas acerca das mulheres, o presente trabalho pretende lançar um olhar linguístico para a produção de sentidos da **nomeação vadia**, por ser essa uma nomeação profícua para os estudos da significação que, materializando-se mais fortemente a partir da Marcha das Vadias e se expandindo para diversas mídias, carrega em si produções de efeitos de sentido distintos e, por vezes, opostos, a depender do espaço enunciativo no qual ela se apresenta. Assim, elegemos **a nomeação vadia, sob a perspectiva da Semântica da Enunciação**, como nosso **objeto de pesquisa**, para refletirmos sobre os agenciamentos enunciativos, configurados politicamente, que são realizados, a fim de que ocorra a sua (re)significação.

¹ A tradução do termo original Slut Walk se manifestou de diferentes formas, devido as diferentes palavras usadas para designar uma slut. No estado do Ceará, por exemplo, foi utilizado o nome Marcha das Vagabundas. Em Portugal, Marcha das Ordinárias e Marcha das Galdérias. Na maioria dos países de língua espanhola o nome escolhido foi Marcha de las Putas (mapeamento na internet). Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_08.pdf Acesso em: 05 abr. 2019.

Delimitado o nosso objeto de pesquisa, temos como **objetivo geral identificar e analisar esses agenciamentos enunciativos, configurados politicamente, a fim de que possamos compreender o processo de (re)significação da palavra vadia**. Os **objetivos específicos** que visam, de forma recortada, oferecer sistematização ao objetivo geral são os seguintes:

I. Explicitar o domínio referencial que ancora a regularização do sentido da palavra vadia;

II. Analisar como ocorre o processo de reescrituração da palavra vadia pelo referencial de liberdade; e

III. Apresentar o político operando na língua pelos movimentos de sentido acerca da representação social da mulher, apontada pelo sentido de liberdade reescrito em vadia.

Para o desenvolvimento de tais objetivos, essa pesquisa apresentará quatro capítulos, além desta introdução, das considerações finais e das referências. No primeiro capítulo, discutiremos aspectos teóricos sobre a **Mulher: a língua e a história (1)**. Já no segundo, nossas reflexões contemplarão o caminho teórico, na esfera dos estudos linguísticos, que selecionamos para nossa pesquisa: **A Semântica da Enunciação (2)**. O terceiro capítulo será destinado à apresentação de nossos **Pressupostos metodológicos (3)** e, no quarto, colocaremos em cena os **Horizontes de análise: a palavra vadia em enunciação (4)**.

Que tenhamos êxito em nossa proposta de reflexão.

*“Quando
a ordem significa escravidão e opressão,
a desordem é o começo da Justiça e da liberdade.”
Thomas Carlyle.*

1 MULHER: A LÍNGUA, A HISTÓRIA

A constituição histórica da representação feminina é complexa e apresenta marcas linguísticas conflitantes e ambíguas, por ter sido realizada a partir da perspectiva e das leis masculinas. Redes de significações construídas e interligadas a partir dessa perspectiva, trazem palavras que nomeiam e predicam a mulher como um ser inferior e, conseqüentemente, submisso, embora um movimento enunciativo contrário venha crescendo e se fortalecendo cada vez mais.

A subestimação da mulher, das suas subjetividades e desejos, o cerceamento da sua voz e sexualidade, tudo isso representou uma violência contra o ser feminino, produzindo enunciados que sedimentaram a sua imagem como a de um ser-objeto incapaz de participar ativamente na elaboração do mundo e proibida de exercer sua autonomia e liberdade. A subordinação da mulher ao homem foi tão introjetada que, ainda hoje, a fala e as ações de mulheres, e não de poucas, se constituem pelos moldes masculinos, indo de encontro, inclusive, às lutas feministas.

A fim de compreender como se deu a relação de dominação e violência entre os sexos, e o surgimento de enunciados e nomeações que construíram um feminino submisso, voltaremos o olhar para alguns pontos específicos da história, começando pelo surgimento da mulher como o ‘Outro’.

1.1 Grande Deusa, Grande Mãe: o Outro absoluto

Simone de Beauvoir (2009), em “O Segundo Sexo”, publicado em 1949, traz a seguinte questão: “De onde vem a submissão da mulher?” Revisando dados da biologia, da psicanálise e do materialismo histórico, a autora vai além, já que, para ela, esses campos deixaram lacunas que não respondem satisfatoriamente à pergunta em sua complexidade.

Assim, para buscar o ponto no qual se deu a hierarquia entre os sexos, impossibilitando-os de partilhar o mundo em condições de igualdade, a filósofa faz um retorno ao passado através de dados da pré-história e da etnografia, trajetória essa que retomaremos brevemente com o intuito de compreender o processo que resultou na objetificação da mulher.

Beauvoir (2009) relembra que no período pré-histórico a maternidade absorvia todo o tempo e energia da mulher, que a suportava passivamente como função natural e não como atividade, embora fosse habitada da mesma forma que o homem pela transcendência e pelo

projeto de superação em vista de um futuro diferente. Assim, no ato de engendrar e aleitar não havia nenhum projeto, apenas o destino biológico. E os filhos, por sua vez, não constituíam uma riqueza, mas um encargo, já que a ideia concreta de permanência e de posteridade não existia para os nômades, pelo fato de não se fixarem em um território. Já o homem, para alimentar a coletividade, não o faz “mediante simples processo vital, e sim com atos que transcendem sua condição animal” (BEAUVOIR, 2009, p. 81). Com isso, ele se mostra um inventor, o que aumenta seu domínio sobre o mundo e o faz experimentar o poder.

Nesse sentido, a atividade de caçador lhe confere suprema dignidade. Ele luta pela sobrevivência da espécie e, com isso, o valor simbólico do sangue torna-se maior que o do leite. “A maior maldição que pesa sobre a mulher é estar excluída das expedições guerreiras. Não é dando a vida, é arriscando-a que o homem se ergue acima do animal; eis porque, na humanidade, a superioridade é outorgada não ao sexo que engendra, e sim ao que mata” (BEAUVOIR, 2009, p. 82). A fêmea é presa da espécie pela maternidade. Já para o homem, a manutenção da vida tornou-se atividade e projeto.

As instituições e o direito surgem quando o homem se fixa ao solo e se torna agricultor, apropriando-se coletivamente do território e assentando o trabalho na terra. Com isso, a posteridade assume grande importância, pois a comunidade se reconhece nos filhos, projetando o futuro, e a maternidade torna-se uma função sagrada, já que é através dela que a vida no clã se propaga no mundo visível. Há uma assimilação da mulher à terra; em ambas se cumpre a permanência da vida. Os mistérios da fecundidade da terra e do ventre materno fazem com que, aos olhos do homem agricultor, a natureza se apresente como uma mãe: a terra é mulher. “Tanta força inspira aos homens um respeito misturado de terror e que se reflete em seu culto” (BEAUVOIR, 2009, p.86). Surgem então, envoltas em um manto de magia e poder, as divindades femininas, reverenciadas pela ideia da fecundidade; todas elas representando a Grande Deusa - a Grande Mãe, conferindo enorme prestígio para as mulheres. No entanto, elas perdem o reinado e as divindades e mitos masculinos dão início ao patriarcado, que dominou, e ainda domina, a cultura ocidental.

Pensemos, nesse ponto, na categoria do ‘Outro’², cunhada por Beauvoir e discutida em diversos campos das ciências humanas e da linguagem. Para explicar o conceito do ‘Outro’, a filósofa começa argumentando que as sociedades mais primitivas, assim como nas antigas mitologias, a dualidade do ‘Mesmo’ e do ‘Outro’ sempre existiu - Varuna-Mitra, Urano-Zeus,

² Embora concorde com alguns pontos de vista da psicanalítica sobre a categoria do Outro, Beauvoir a estuda a partir de uma perspectiva existencial através de sua situação total. A autora afirma que a psicanálise malogra em explicar por que a mulher é o Outro, já que ignora a origem da supremacia do macho.

Sol-Lua, Dia-Noite - em uma divisão que não considerava o signo da divisão dos sexos, não tendo nenhum elemento feminino implicado a princípio. Temos, então, que a “alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si” (BEAUVOIR, 2009, p. 19).

Pessoas pertencentes a um mesmo grupo, veem, com certa hostilidade, as de um grupo alheio como ‘os outros’. A autora cita alguns exemplos: os judeus são ‘outros’ para o antissemita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários etc. Nessas relações, “um grupo pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto” (BEAUVOIR, 2009, p. 19). Só que a outra consciência lhe opõe uma pretensão recíproca, o que relativiza o sentido absoluto da ideia do ‘Outro’.

Essa relação de reciprocidade, que relativiza a ideia do ‘Outro’, não ocorreu entre o homem e a mulher, e não houve, portanto, a dualidade. Assim, as mulheres “nunca constituíram um grupo separado que se pusesse *para si* diante do grupo masculino; nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens” (BEAUVOIR, 2009, p. 87). A relação com o semelhante, que é o mesmo, mas também é o outro, com o qual se estabelecem relações de reciprocidade, ocorreu entre um homem com um outro indivíduo do mesmo sexo. Um grupo de homens opõe-se a outro grupo de homens, instalando a dualidade. Lévi-Strauss, trazido por Beauvoir (2009), diz: “Terra, Mãe, Deusa, não era ela para o homem um semelhante: era *além* do reino humano que seu domínio se firmava: estava, portanto, *fora* desse reino” (BEAUVOIR, 2009, p. 87).

A dependência da mulher, portanto, não foi consequência de um evento na história. Nem o acaso nem uma revolução violenta deu origem ao patriarcado: os homens se afirmaram sozinhos como sujeitos soberanos desde a origem da humanidade, em função do privilégio biológico, e como a mulher, presa à maternidade, não se tornou companheira de trabalho do homem, compartilhando o seu modo de pensar e agir, foi excluída do *mitsein* humano. Por isso, a partir do momento em que o homem se vê proprietário do solo e a agricultura deixa de ser uma operação essencialmente mágica e feminina, mas um trabalho criador, ele reivindica também a propriedade da mulher e dos filhos. (BEAUVOIR, 2009).

Miriam Adelman (2016), em sua tese de doutorado, na qual relaciona a teoria feminista com a sociologia contemporânea, discute o pensamento de Simone de Beauvoir e a sua importância fundamental na identificação de um viés masculinista, permeando todo o pensamento social ocidental, a começar pela representação e naturalização da mulher como o Outro absoluto. Esse termo (o masculinista), será adotado por nós nesta pesquisa, embora seja

ainda pouco utilizado, uma vez que por ele “tudo sempre é pensado a partir da posição de um sujeito masculino – que é também um homem da elite branca, europeia e ocidental” (ADELMAN, 2016, p. 91). A socióloga, revendo o trabalho de Beauvoir, diz que:

Se desde os começos do patriarcado, os homens tiveram nas mãos “todos os poderes concretos, eles trabalharam também para manter as mulheres em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como o Outro. Essa condição servia aos interesses dos homens, mas convinha também as suas pretensões ontológicas e morais” (BEAUVOIR, 1949, p. 189). No ideário e no imaginário masculinos, constrói-se a Mulher como o Outro absoluto. Ela se torna o “repositório” natural e da imanência (comparada com a transcendência como possibilidade/projeto existencial dos homens); no discurso masculino, ela é ora forasteira, ora objeto consumido pelos homens, a fim de satisfazer seus desejos. Para a cultura (masculina), ela é o não essencial, o Outro que só serve para que o Um (o homem) se reconheça. (ADELMAN, 2016, p. 87).

Uma vez que a mulher é colocada na condição de ‘Outro’, “são negadas a ela as possibilidades de uma existência ou relações não alienadas, pois, nos termos da filosofia que Beauvoir desenvolveu, a ‘verdadeira presença’ do outro significa que esse outro esteja presente *em e para si*, isto é, como objeto e sujeito, envolvido em relações de reciprocidade e não de objetificação” (ADELMAN, 2016, p. 87).

Ainda de acordo com Beauvoir, os homens, como criadores dos mitos ocidentais, criaram o mito da Mulher - o Eterno Feminino, baseado em dois elementos: a mulher como enigma, glorificada por um discurso romântico e poético masculino (o que permite que os homens não reconheçam as mulheres como iguais, pressupondo a passividade do objeto); e, procedente de sua identificação com a imanência e a natureza, a sua sexualização (para os homens), que se propaga pelo silenciamento cultural do desejo feminino (ADELMAN, 2016).

Adelman refere-se a Simone de Beauvoir como a grande visionária que abriu portas para várias gerações de intelectuais feministas e pensadores pós-estruturalistas; e que, para além dos estudos feministas, percebia claramente que mesmo os assuntos não relacionados às questões de gênero eram produtos de uma cultura masculinista. Atualmente, diz a socióloga, as teorias pós-modernas e pós-coloniais já deixam claro que “as mulheres não são ‘os únicos Outros’ da tradição filosófica ocidental” (ADELMAN, 2016, p. 91).

É nesse sentido que Teun Van Dijk vem discutindo, dentro da Análise Crítica do Discurso, a categoria do Outro, ou seja, para além das relações de gênero. De acordo com o linguista, o ‘Outro’ se constitui na relação de dominação e manipulação existente entre grupos sociais, na qual se estabelece a ideia do ‘nós’ se contrapondo ao ‘eles’, o que instaura o abuso de poder. Segundo ele, a sociedade é representada, muitas vezes, em termos de conflitos entre grupos, para os quais sua identidade, características sociais básicas, princípios, normas, valores,

posições, recursos etc., são ‘ameaçados’ pelos ‘Outros’. “Assim representam as relações entre eles e os ‘Outros’ essencialmente em termos de *nós versus eles*, sendo que *nós* somos (sic) associados a características positivas e *eles* a características negativas” (VAN DIJK, 2005, p. 118).

Assim, nas relações de poder, esses ‘Outros’, postos em posições ‘subalternas’ e/ou inferiores, podem ser tanto mulheres como homossexuais, transexuais, estrangeiros, refugiados, negros, não ocidentais, enfim, alteridades silenciadas ou marginalizadas pelo ‘nós’ dominador. A desigualdade originária desse tipo de relação, ou seja, do *nós versus eles*, impulsiona feministas e pensadores de diversos campos das ciências humanas a discutirem essa categoria e as suas implicações na reprodução do pensamento masculinista, de forma a criarem bases para uma nova discussão, na qual haja a abertura e a possibilidade de acolhimento da alteridade.

1.2 Bruxas, prostitutas, vadias: as mulheres desviantes/transgressoras

1.2.1 A mulher bruxa

A Grande Mãe do período matriarcal era a representação da mulher além do humano, identificada com a imanência e a natureza e não reconhecida como um ser igual ao homem, mas sim como o ‘grande Outro’, para o qual havia uma ausência de reciprocidade. Da mesma forma, a figura da bruxa, que constituiu o imaginário da feitiçaria no Brasil colônia, foi construída pela ‘universalidade’ masculina, representando por esse viés discursivo o pecado e o mal encarnado.

E, embora os significados que a feitiçaria assumiu no Brasil colônia tenham se constituído a partir das tessituras que se deram pela combinação das tradições culturais peculiares aos povos da Europa, América e África, foram os colonizadores que ditaram o tom sobre o qual as bases das relações entre eles seriam impostas: a partir da perspectiva da tradição cristã europeia.

Nesse sentido, o Brasil colônia nascia em um espaço de projeções do imaginário europeu, que o povoou de regiões infernais e possessões demoníacas, estando a mulher, na maioria das vezes, no centro dessa degeneração (RAMINELLI, 1997).

Em seus estudos, Raminelli (1997) analisa narrativas dos séculos XVI e XVII feitas por cronistas e missionários europeus, que retratam o cotidiano feminino entre os índios Tupinambás, uma das principais tribos do grupo indígena Tupi, e aponta para a correlação entre

as descrições da mulher índia e o mito de Adão e Eva, no qual a mulher representa a tentação que desvia o homem do bom caminho da moralidade, dando origem aos desregramentos, pecados e, conseqüentemente, a perdição dos humanos.

Essa perspectiva está presente em vários textos trazidos pelo historiador, nos quais há um superdimensionamento negativo da mulher. Sobre essa questão, o autor afirma: “seu papel foi exaltado e hipervalorizado devido à misoginia que reinava na Europa durante os séculos XIV e XVII. As mulheres, índias ou europeias, eram filhas de Eva e reuniam em si os piores predicados” (RAMINELLI, 1997, p. 36).

O avanço do processo colonizatório pelos séculos XVII e XVIII propiciou “maior interpenetração entre religiosidade europeia, africana e ameríndia; enquanto a Europa tridentina se esforçava para depurar a religião e ‘limpá-la’ das reminiscências folclóricas, a colonização europeia dos trópicos impunha o sincretismo” (SOUZA, 2009, p. 28). Com isso, a estruturação da colônia se configurou como um espaço heterogêneo e multiforme, com populações de várias procedências e diferentes credos, no qual se cruzavam e reelaboravam níveis culturais múltiplos, o que proporcionou a utilização de inúmeras práticas não institucionalizadas para a resolução de problemas do dia a dia.

Dessa forma, e como a medicina não se mostrava competente para curar mazelas e enfermidades, devido ao atraso intelectual na colônia, mulheres tomavam frente nos tratamentos, pois os saberes sobre o uso de plantas, minerais e animais, transmitidos ao longo das gerações, possibilitavam a elas a fabricação de remédios para curas e práticas mágicas. Havia também “os saberes vindos da África, baseados no emprego de talismãs, amuletos e fetiches, e as cerimônias de cura indígenas, apoiadas na intimidade com a flora medicinal brasileira” (DEL PRIORI, 1997, p. 89), o que constituiu uma feição multifacetada e diversa para o Brasil em formação.

Porém, essas práticas, necessárias para a sobrevivência das tradições e costumes femininos, eram cercadas por intolerância e repúdio. Consideradas pecado grave, sofriam ação repressora da Igreja Católica, sendo sistematicamente *demonizadas* pela catequese e pelo saber erudito, o que culminou nas visitações, devassas e perseguições iniciadas pelo Tribunal do Santo Ofício (SOUZA, 2009)³.

Por meio de vasta documentação da época – cronistas, devassas eclesiásticas e processos da Inquisição, estudada por DEL PRIORI (1997), fica claro que os denunciados pelas práticas da feitiçaria pertenciam tanto ao sexo feminino quanto masculino e ambos foram duramente

³ Instituição eclesiástica de carácter "judicial", que tinha por principal objetivo combater a heresia. Fonte: [https://www.infopedia.pt/\\$tribunal-do-santo-oficio](https://www.infopedia.pt/$tribunal-do-santo-oficio) Acesso em: 10 abr. 2019.

julgados pela Santa Inquisição. No entanto, a feitiçaria tornou-se, na memória histórica do povo brasileiro, uma prática associada à mulher, configurando-se, também, como uma marca linguística incisiva, visto que a literatura se refere à Santa Inquisição como instrumento de ‘caça às bruxas’, formação nominal⁴ (FN) que condensa, por exemplo, o enunciado descritivo: “é preciso nos proteger do mal, por meio da extinção das mulheres que praticam feitiçaria”. Ou seja, o processo de nominalidade perspectiva apenas a mulher como a responsável pelas práticas mágico-religiosas.

Isso posto, trouxemos essa narrativa na pretensão de demonstrar como, historicamente, homens e mulheres são perspectivados como protagonistas de todo esse processo. Sendo assim, por que o universo da feitiçaria recai tão fortemente sobre as mulheres?

Stuart Clark (2006), a partir do estudo aprofundado de textos sobre demonologia publicados entre os séculos XV e XVIII, diz que

supunha-se, como princípio geral, que as mulheres eram, por natureza, mais fracas que os homens com respeito a qualidades intelectuais e psicológicas fundamentais e, portanto, tinham o que o autor chamou de “maior facilidade para a queda”. Segundo o *Malleus maleficarum*⁵ elas não poderiam aprender adequadamente assuntos espirituais e eram crédulas e impressionáveis em suas crenças. Ao mesmo tempo, suas ‘paixões e afeições descontroladas’ deixavam-nas ressentidas com a autoridade e difíceis de disciplinar, de forma que eram uma ameaça potencial permanente à ordem de Deus. A chave para sua perversidade residia, sobretudo, em seus apetites carnis, que eram muito maiores que os dos homens. As mulheres eram, pois, mentalmente fracas e de comportamento instável, criaturas imperfeitas por natureza, de quem só se poderia esperar o mal e a depravação. (CLARK, 2006, p. 163).

A partir dos teóricos trazidos nessa pesquisa, fica claro que toda essa desvalorização e repúdio ao ser feminino originou-se pela não reciprocidade entre os sexos, que se deu, inicialmente, pelo fator biológico e, depois, pela naturalização da mulher como o ‘Outro’, o que é ponto central dessa questão, pois, ao ser cultuada, a mulher é percebida pelo viés mítico e, ao ser objetificada, ela não é vista como alguém de carne e osso, com inteligência, conhecimentos e desejos próprios, o que tem sido uma das maiores tensões entre os sexos nos dias atuais.

⁴ O conceito de formação nominal foi elaborado por Dias (2013a, 2013b, 2013c, 2018) e diz respeito ao “caráter dinâmico da nominalidade” (DIAS, 2018, p. 122). A FN “[...] é a constituição interna e externa das formas para a constituição da unidade nominal. As formações, articulatoriamente configuradas, sustentam materialmente o referencial histórico, a memória das significações dos seus termos e a pertinência do nome nas cenas enunciativas em que contrai relação de pertencimento”. (DIAS, 2018, p.143).

⁵ “Escrito por dois teólogos e inquisidores dominicanos, Jacob Sprenger e Heinrich Kramer, o *Malleus meleficarum* (do latim, ‘Martelo das Bruxas’), foi um livro do século XV destinado a ajudar inquisidores em identificar e processar as acusadas de bruxaria.” Fonte: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/memoria/mundo/feiticeira/introducao.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

1.2.2 A mulher prostituta

Considerada também ‘desviante’, uma outra figura se junta à da bruxa: a figura da prostituta. Faremos aqui um recorte com Margareth Rago, a partir do seu livro “Os Prazeres da Noite”, que traz uma etnografia da prostituição na modernidade, especificamente na cidade de São Paulo, entre 1890 e 1930. A opção por esse recorte se deu por dois motivos: primeiro porque, mesmo ao restringir o tempo histórico, o texto nos possibilita projetar a imagem da prostituta para um além desse recorte, já que nele se encontram os estereótipos e clichês que habitam o senso comum e o imaginário do povo brasileiro acerca da mulher prostituta. Segundo, porque esse recorte nos leva a pensar a moralidade pública, especificamente acerca da conduta da mulher, em um momento de intenso crescimento industrial e urbano, em uma São Paulo ainda saindo do mundo das fazendas, período em que a prostituta passa a ser denominada figura pública. Assim, as discussões da historiadora nos apontam caminhos para pensarmos a produção de sentidos da nomeação prostituta para além da generalização, para além “do objeto natural, invariante trans-histórico que poderia ser observado em todas as épocas e sociedades, como sugere a expressão ‘a profissão mais antiga do mundo.’” (RAGO 1991, p.22).

A autora explica que, à medida que a prostituição se tornava uma profissão reconhecida dentro do mercado capitalista em expansão, ela passava a configurar um espaço visível, espetacularizado e quantificável, permitindo a construção de um universo empírico para observações a partir de uma referência médico-policial, tendo como base uma perspectiva normativa. Com isso, “a produção científica desses homens resultou num processo de sujeição da mulher pelos próprios pressupostos do raciocínio discursivo com que operavam” (RAGO, 1991, p. 20).

A autora afirma que “construir masculinamente a identidade da prostituta significou silenciá-la e estigmatizá-la e, ao mesmo tempo, defender-se contra o desconhecido - a sexualidade feminina -, recoberta por imagens e metáforas assustadoras” (RAGO, 1991, p. 21).

Com a relativa emancipação da mulher e a sua incorporação e valorização em um amplo espaço social, fez-se a necessidade de demarcação sexual. Era preciso não confundir mulheres ‘honestas’ e ‘desonestas’. As primeiras tinham como natureza original a maternidade, enquanto as segundas representavam a alteridade perigosa.

Ao estabelecer nítidas diferenciações entre as duas figuras femininas, polarizando-as, a sociedade burguesa encontrou meios para defender-se da ameaça representada pela prostituta - mulher imaginariamente livre, descontrolada e irracional. Por mais independente que fosse a “mulher honesta”, sua liberdade estaria sempre limitada no plano simbólico pela

presença da meretriz, dimensão que não constituiu uma barreira de ação para o homem. (RAGO, 1991, p. 40).

Nesse período, ele, o homem, ainda é o chefe da família, o que arca com o orçamento familiar; é aquele que toma as grandes decisões, enquanto à mulher é reservado o papel de administradora doméstica, cujo alcance de influência era mínimo. Com as discussões feministas propondo a igualdade de gêneros e salários mais altos para as trabalhadoras, bem como a redefinição de papéis e valores, a prostituta é construída como “um contraideal necessário para atuar como limite à liberdade feminina. A elaboração médico-policia de sua identidade (...) facilitava a internalização do modelo ideal da boa dona de casa, por oposição” (RAGO, 1991, p. 40). Assim, a partir da demarcação sexual que surgiu com as prostitutas, diz a autora, houve uma separação radical entre o erótico e o amor.

Embora na passagem do século os assuntos relacionados ao desejo e à sexualidade, assim como a prostituição não tivessem espaço nos meios discursivos, a não ser em setores mais especializados (médicos, juristas, polícia, jornalistas, alguns literatos), a figura da prostituta como ‘mulher pública’ era presente, nem tanto empiricamente, mas, principalmente, no plano dos enunciados que construíam a sua identidade. Ela tornava-se uma ameaça imaginária, em função de uma moral extremamente rígida, moral esta que construía, em oposição, a representação da ‘rainha do lar’.

Rago (1991) traz algumas cenas, de registros de memorialistas, que nos situam perante essa representação: a esposa do fazendeiro e a esposa respeitada do casamento tipicamente burguês. Em uma posição de subordinação diante do homem, a esposa do grande proprietário resumia toda a sua atividade aos trabalhos da casa: fazer doces, coser, bordar, fazer renda. Carregava a imagem de desleixada e mal arrumada, envelhecendo precocemente e vivendo em uma situação de anonimato e de invisibilidade. Via-se desvalorizada enquanto mulher pela concorrência das escravas. Embora os documentos mostrem a não aceitação feminina das relações ilícitas do marido, também indicam que os senhores de terra tinham várias escravas com as quais se relacionavam sexualmente. Assim, a maior parte dessas mulheres não se enxergava positivamente, no mesmo nível que o marido, e não se considerava dotada dos mesmos direitos, mas sim via-se como um apêndice do senhor, o que evidencia, nesse tipo de unidade familiar, a violência constitutiva das relações sociais (RAGO, 1991).

Já nas cidades modernas, a família se reorganizava em um núcleo no qual as empregadas domésticas não deveriam se envolver em assuntos privados da família e, quando dormiam em casa, tinham seus aposentos instalados nos fundos, ao contrário das escravas, que participavam mais ativamente da dinâmica familiar. Já os maridos, quando mantinham relações

extraconjugais, o faziam numa ‘pensão de artistas’ ou em algum hotel. Em casa, no lar-santuário, representava um senhor austero, preocupado com a educação dos filhos e a moralidade das filhas, as quais eram constantemente vigiadas. Cabia à esposa os cuidados com a casa e a sua administração interna e ao homem a produção, da mesma forma como nas fazendas.

Pela condensação de todo esse movimento enunciativo sobre o papel feminino, ocorre, a exemplo do que descrevemos sobre as bruxas, uma outra nomeação, que agora perspectiva a mulher, por meio de novas formações nominais, como ‘rainha do lar’. Essa nomeação, em um entrelaçamento de dizeres, se liga a outras: ‘sexo frágil’ por exemplo, cujo referencial histórico⁶ se assenta no pudor, no recato, na honestidade e, principalmente, na dependência e na submissão. A conduta da mulher casada e das filhas é pensada a partir de códigos morais impostos pelo homem. Elas são feitas para o lar e para a maternidade, portanto devem viver em casa e pensar só nos filhos (RAGO, 1991). Em contraposição à ‘rainha do lar’, existem outras representações femininas que se materializam em FNs diversas, a partir das transformações da vida urbana e da inserção ambígua da mulher no domínio público. Uma delas, que se instituiu a partir da figura da consumidora, é ‘a melindrosa’: ociosa, impaciente, sem nenhuma densidade e preocupações com questões espirituais, voltava-se tão somente para as frivolidades e o cultivo da própria imagem. Surgia como uma representação avessa à da mãe altruísta e dedicada, e se estendia também às prostitutas.

Há tamanha complexidade de dizeres sobre a mulher que não é possível significá-los sem que escapem e se misturem, assim como ocorre, na verdade, com a significação de maneira geral, uma vez que “todo enunciado, toda sequência de enunciados” apresenta “pontos de deriva possíveis”, “oferecendo lugar à interpretação” do sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p.53). Mas algo é marcado: durante um longo tempo, e ainda hoje, os enunciados produzidos acerca do feminino vêm do homem: ele diz a mulher na tentativa de domá-la, impondo códigos morais que condizem com o seu desejo, apenas. Porém, ao iniciar uma maior participação no mundo, a mulher começou, ela própria, a se dizer, a se dizer positivamente.

⁶ Sobre o conceito de referencial histórico nos aprofundaremos no capítulo 2 desta Dissertação.

1.2.3 A mulher vadia

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, enunciações positivas acerca das mulheres ancoram os perfis femininos em novos referenciais: combativa, corajosa, responsável pela educação dos futuros homens da nação, escritora, trabalhadora, operária. Revistas femininas da época, como a “A Mensageira” e a “Revista Feminina” -, atribuem a elas predicativos alinhados à mudança da condição feminina, a partir da industrialização e das novas possibilidades nas frentes de trabalho e na área da educação. Com isso, elas passam a ser representadas com uma especificidade e particularidade surgidas de necessidades próprias, diferentes das masculinas.

Essa representação permite que se articule um discurso de crítica à idealização masculina do “sexo frágil” (...) e que se abra um espaço de reivindicação das próprias mulheres enquanto iguais aos homens, enquanto cidadãs dotadas dos mesmos deveres e direitos perante a sociedade e o Estado (RAGO, 1991, p. 51).

A ‘mulher emancipada’, reivindicando igualdade de gênero, que circula mais livremente pelas ruas, assustava terrivelmente os homens, pois rompia, em um certo grau, com a representação construída por eles. O homem tinha domínio sobre o espaço público, e era, ali, percebido positivamente; enquanto para a mulher, estar nesse lugar essencialmente masculino era estar em um território alheio. Porém, com a urbanização e crescimento socioeconômico, as tradicionais divisões entre atividades masculinas e femininas se embaralharam, subvertendo as regras e códigos de comportamento e participação na vida social (RAGO, 1991).

O processo de urbanização e industrialização criou condições para que a mulher saísse de casa para atuar em novas frentes de trabalho. E com esse deslocamento para o espaço público, ela começa a romper com a prisão que representavam o marido senhor, a maternidade, os muitos filhos e os cuidados com a casa. A partir desse rompimento com uma relação estrutural, que já determinava os lugares sociais da mulher, surge o nome ‘vadia’, usado como uma das formas de significar uma nova realidade feminina, que a muitos incomodava. Embora entendamos ser difícil inaugurar o surgimento de um nome, as ocorrências primeiras de ‘vadia’ remontam ao final do século XIX, no período pós-abolicionista, quando foi previsto o Crime de Vadiagem no Código Penal da República. Sancionado em 1890⁷, o artigo 59 estabelecia como infração: “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita.”

⁷ Fonte: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/vadiagem/> Acesso em: 31 mai. 2019.

Assim, as pessoas que perambulavam pelas ruas, principalmente as pardas, negras, pobres e brancas de situação menos remediada, eram interpeladas sob uma rígida postura moralizante e de forma distinta: enquanto os homens eram tidos como vadios pela ociosidade, as mulheres eram tidas como vadias pelo exercício da prostituição e suposta degeneração moral. O transitar de mulheres em horários nos quais uma mulher ‘honesta’ deveria estar em casa, ou a permanência nas ruas para além do estritamente necessário, a fim de que elas efetuassem compras no comércio ou fossem à igreja, por exemplo, eram motivos para interpelação policial e apreensão. O ilícito de vadiagem consistia em um mecanismo de controle do Estado sobre a liberdade do indivíduo, já que este estabelecia a lei. Em tese, todo aquele que não estivesse trabalhando poderia ser enquadrado nesse tipo legal, seguido de detenção. A polícia, então, por fazer o enquadramento inicial, detinha grande poder de restringir a liberdade das pessoas. Nos processos, a interpretação e atuação jurídica em relação à movimentação da mulher nos espaços públicos, na época em que foi estabelecido o Crime de Vadiagem, produziram e fixaram enunciados que naturalizaram como prostituta um dos sentidos para vadia.

Segundo o dicionário Michaelis⁸ da língua portuguesa, vadia é definida, no sentido coloquial e pejorativo, como “mulher de vida devassa ou amoral⁹, embora não pratique a prostituição; vagaba, vagabunda”. Com efeito, a mulher denominada vagabunda está longe de preencher o ideal feminino construído sobre os ombros da ‘mulher do lar’, bastante arraigado naquela época, e que excluía as subjetividades, sexualidades e desejos femininos, como vimos em Margareth Rago.

Já no dicionário *online* inFormal¹⁰, encontramos: “Vagabunda. Geralmente utilizado para referenciar alguma mulher biscate, que gosta de chamar a atenção dos machos.” Essa definição é clara quanto ao fato de que a maneira de se vestir da mulher não se dá a fim de sentir-se bem consigo mesma no exercício da sua liberdade, mas, sim, de chamar a atenção dos homens e provocá-los, numa postura então que poderia ser considerada ‘devassa’.

Nessas definições para o termo vadia, percebe-se a força do enunciado masculino, que significa a submissão moral e sexual da mulher, reafirmando o seu domínio sobre o sexo

⁸ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/vadia/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

⁹ Reflexão proposta pelo professor Argus Romero na disciplina *Projeto de Pesquisa* acerca do uso do termo amoral, ao invés de imoral, como sinônimo de vadia, trazido pelo dicionário Michaelis. Uma pesquisa posterior mostrou que ambos os termos são usados como sinônimo de vadia. As definições encontradas em dicionário *online* foram: Amoral: moralmente neutro (nem moral nem imoral); que não leva em consideração preceitos morais; estranho à moral. Imoral: contrário a moral, às regras de conduta vigentes em dada época ou sociedade ou ainda àquelas que um indivíduo estabelece para si próprio; fato de moralidade; indecoroso, vergonhoso.

¹⁰ Disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/vadia/> Acesso em: 31 mai. 2019.

feminino. É possível notar, portanto, que a regularização da nomeação ‘mulher vadia’ se deu como forte correspondente a da ‘mulher prostituta’.

1.3 O feminismo e os Outros

Está no feminismo o papel de nos traduzirmos umas às outras e de nos situarmos nos diversos lugares da diferença. (HOLLANDA, 2020, p.303).

O fragmento em epígrafe nesta seção é uma fala de Heloísa Buarque de Holanda sobre o sentimento de muitas feministas brasileiras e latino-americanas sobre a inclusão dos diferentes sujeitos nas discussões e ações promovidas pela quarta onda do feminismo, cuja marca mais forte é “a potencialização política e estratégica das vozes dos diversos segmentos feministas interseccionais e das múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala”. (HOLLANDA, 2020, p. 13).

São várias as teóricas feministas que corroboram esse movimento político, o qual, segundo Schmidt (2015), propõe a ruptura com uma política de identidade hegemonicamente normativa, que prende os sujeitos femininos numa posição de sujeito branco, ocidental e de classes economicamente privilegiadas, herdada de um passado colonial.

Em decorrência dessa ruptura epistemológica, o feminismo das duas últimas décadas, conjugado aos estudos pós-coloniais, tem buscado perceber as intersecções existentes entre raça, gênero, classe, etnia, nacionalidade, entre outros aspectos (SCHMIDT, 2015).

A socióloga Heloísa Buarque de Holanda explicita a marcante presença, no campo da produção de conhecimento, da interpelação das epistemologias heteronormativas e coloniais, e não só no campo teórico, mas também na prática dos feminismos comunitários e populares, os quais não apenas lutam pela descolonização, como também pela superação do capitalismo e construção de uma nova relação com a natureza (HOLLANDA, 2020).

Essas duas tendências, diz a autora, se apresentam como fortes perspectivas para o feminismo atualmente: o feminismo decolonial “e a crítica a um feminismo de acento individualista e neoliberal” (HOLLANDA, 2020, p. 13) que, ao associar o ‘empoderamento’ das mulheres à visibilidade e ao sucesso nas instâncias da economia e da política, desconsidera o movimento agroecológico, base do ecofeminismo, em cujo interior “as mulheres do campo, indígenas, negras e de populações tradicionais começam a trazer suas pautas, demandas e

necessidade de reconhecimento no próprio movimento, partindo da ideia de que sem feminismo não há agroecologia” (HOLLANDA, 2020, p. 27).

O feminismo contemporâneo tem se expandido em distintas correntes e segmentos, de forma tal, que hoje se fala em feminismos, no plural, e suas interseções, com ênfase, conforme Hollanda (2020), nas desigualdades sociais e nas relações de classe, raça e gênero, propondo a necessária inclusão e participação de mulheres étnica e culturalmente diferentes em suas lutas, a partir de uma perspectiva crítica ao desenvolvimento.

Nas palavras de Miriam Aldeman: “trata-se sim de se abrir para aquilo que se apreende pela via da inclusão do antes silenciado – um acréscimo a partir das alteridades.” (ADELMAN, 2016, p. 96). Sobre isso, a autora afirma que as teorias pós-colonial e feminista são campos de estudos que trabalham a partir de uma “epistemologia da alteridade”, ou seja, resgatando experiências “invisibilizadas, silenciadas ou construídas como um Outro da modernidade ocidental” (ADELMAN, 2016, p. 198).

Cabe aqui marcar a relação com o conceito do Outro absoluto cunhado por Simone de Beauvoir em meados dos anos 50, e já apresentado por nós neste texto, devido à sua importância para os estudos posteriores. Adelman (2016) diz que, “ao identificar claramente um viés masculinista que permeia todo o pensamento social ocidental”, Beauvoir “iniciou o que se pode considerar uma verdadeira virada epistemológica” e, com isso, “antecipou e preparou o terreno para o trabalho de uma geração posterior de teóricas feministas” (ADELMAN, 2016, p. 85).

Nesse sentido, a filósofa abriu o caminho para se pensar em tantos outros ‘Outros’ da história – os excluídos e marginalizados do mundo ocidental capitalista.

No final dos anos 1960, por exemplo, as pioneiras da segunda onda do feminismo

começaram seu processo de conscientização e aprendizagem políticas *dentro* do movimento pelos direitos civis dos negros: foi ali onde elas começaram a formular as conexões entre as formas de opressão que aprisionam as mulheres e ‘as pessoas de cor’ em subcategorias sociais de ‘não-sujeitos’. (ADELMAN, 2016, p. 35).

Se na década de 1970 e início dos anos 1980 muitas teóricas tinham como foco as questões da economia e do trabalho, no final dos anos 1980 o interesse se volta para questões sobre “a produção e *desconstrução* do gênero na cultura e na linguagem” (ADELMAN, 2016, p. 123), produzindo reflexões e práticas que se opõem a todas as formas de opressão e submissão. Vimos, nas edições da Marcha das Vadias, mulheres saírem às ruas colocando-se *em e para si*; dizeres produzidos por essas mulheres (os ‘Outros’) em confronto com dizeres produzidos pelo discurso do Homem universal (os ‘Uns’).

Assim, estamos presenciando, na contemporaneidade, o pensamento masculinista sendo colocado em xeque e narrativas (des)construídas pelos feminismos, que sempre provocaram, e provocam, o conflito necessário entre o 'Nós' e o 'Eles', entre o 'Um' e o 'Outro'.

2 SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO

A semântica foi constituída como disciplina das ciências da linguagem a partir do final do século XIX e, desde então, várias vertentes se desenharam acerca da sua definição e configuração. Muitas delas situaram a semântica como parte da gramática, juntamente com disciplinas como fonologia, morfologia e sintaxe, por exemplo, ao passo que outras passaram a estabelecê-la como uma disciplina geral e não como componente da gramática (GUIMARÃES, 2018). De nossa parte, tomamos a semântica como “uma disciplina que se ocupa do funcionamento da língua e da linguagem e não como um componente de uma disciplina cujo objeto é a gramática de uma língua ou das línguas” (GUIMARÃES, 2018, p. 13). Assim, ela é concebida como aquela que se volta para a significação, que se volta para “o que se apresenta por aquilo que se diz”. Além disso, em nosso trabalho nos situamos em uma perspectiva que associa o conceito de semântica ao de enunciação, uma vez que enunciar corresponde ao “que ocorre quando alguém diz algo, quando um falante de uma língua diz uma sequência que é, de alguma maneira, reconhecida pelos falantes desta língua” (GUIMARÃES, 2018, p. 14) e, sendo assim, produz significação. Trata-se, portanto, de uma semântica da enunciação.

Passemos agora ao detalhamento de alguns fundamentos que sustentam o que apresentamos como uma semântica de bases enunciativas. Embora saibamos que muitas outras discussões constituam esse campo de estudo, recortamos aqui apenas aquelas que darão norte à nossa análise e sustentarão os objetivos a que nos propomos nesta pesquisa.

2.1 Enunciação

O termo enunciação tem um percurso histórico bastante produtivo e merece destaque, já que está presente em várias áreas dos estudos linguísticos, contribuindo de maneira profícua nas questões da linguagem. Uma consequência desse percurso foi o surgimento de várias teorias no campo enunciativo, dentre elas a ‘teoria da enunciação’, com a qual trabalhamos.

Muitos estudiosos atribuem essa autoria a Benveniste, pelas suas reflexões sobre a enunciação. Porém, segundo Flores (2013), não há ocorrência do sintagma ‘teoria da enunciação’ nos artigos do linguista, assim como nenhum dos seus depoimentos, nem o conjunto da sua obra, nos autorizam a dizer que ele tenha se dedicado a escrever uma teoria acabada, ou mesmo em construção, visto que

não há a proposição explícita de um modelo a partir do qual Benveniste teria feito todas as suas análises. A consequência disso é que os textos nos quais Benveniste estuda a enunciação não podem ser tomados como se constituíssem um conjunto coeso de proposições teórico metodológicas. (FLORES, 2013, p. 29).

O pesquisador continua dizendo que o entendimento da incompletude da teoria enunciativa benvenistiana “é de grande importância quando se inicia a ler Benveniste, porque esse aspecto coloca a reflexão do autor numa posição bastante incomum na linguística, já que se trata de uma atribuição de autoria de teoria e não, propriamente, de uma autoria reivindicada.” (FLORES, 2013, p. 29). Argumenta, ainda, que “o que se poderia considerar mais próximo do sintagma *teoria da enunciação* é a ocorrência de *semântica da enunciação* no final de *Semiologia da língua*, de 1969.” (FLORES, 2013, p. 28, grifos do autor). Ao dizer isso, Flores se refere ao momento em que Benveniste afirma que é “necessário ultrapassar a noção saussureana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 67) e apresenta dois níveis de análise linguística: a análise intralinguística e a análise translinguística. Ao definir essa segunda via de análise, Benveniste utiliza o sintagma *semântica da enunciação*: a “análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica [...] se constituirá sobre a semântica da enunciação.” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 67). Vale ressaltar que ao empregar tal sintagma, Benveniste está situando a análise translinguística no campo semântico de estudo da língua e não no semiótico, onde se marcaria, segundo ele, a análise intralinguística. Nossa concepção acerca da área de estudos Semântica de Enunciação, embora toque em alguns fundamentos daqueles propostos pelo autor, assume especificamente os contornos que já apresentamos na abertura deste capítulo 2.

Isso dito, e como nosso trabalho se baseia nos estudos da Semântica da Enunciação, abordaremos a conceituação do termo ‘enunciação’ na perspectiva de teóricos que se dedicam a esse campo, especificamente a partir dos trabalhos produzidos por Eduardo Guimarães e Luiz Francisco Dias, no Brasil.

Com base no Glossário de termos da Semântica da Enunciação, elaborado por Silva (2019), a partir dos pressupostos teóricos dos pesquisadores acima citados, apresentaremos algumas definições para o termo enunciação apresentando um ponto inicial e um ponto mais recente de suas pesquisas, entre 1989 e 2018. Optamos por esse critério de seleção porque, embora os conceitos tenham sido reformulados durante esse período, eles não apresentam mudanças consideráveis entre si. Isso ocorre devido ao processo parafrástico e agregador de suas elaborações, em que as variáveis da pesquisa mudam e novos dados são incluídos. Com

isso, a nominalização de alguns conceitos se modifica, sem, entretanto, alterar a base primeira de suas concepções.

Esclarecido o critério de seleção, passemos então aos conceitos compilados por Silva (2019), que definem a enunciação da seguinte forma:

- A **enunciação** é o acontecimento sócio-histórico de produção do enunciado (GUIMARÃES, 1989, p. 78).
- Defino **enunciação** como o pôr-se a língua em funcionamento movimentada pelo interdiscurso, quando alguém ocupa aí uma posição de sujeito (GUIMARÃES, 1996, p. 101).
- A **enunciação** é o acontecimento que produz sentido. Ou seja, o sentido se produz pela enunciação, pelo acontecimento de funcionamento da língua. E este acontecimento se apresenta como se dando pela existência de uma língua, por que há falantes que são tomados enquanto falantes pela relação com tal língua (GUIMARÃES, 2018, p. 22).
- A **enunciação** é o acontecimento de funcionamento da língua no espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2018, p. 23).
- A **enunciação** é o acontecimento de funcionamento da língua, cuja especificidade é a sua temporalidade própria (o passado, presente e futuro de sentidos que constitui) (GUIMARÃES, 2018, p. 43).
- A **enunciação** é o acontecimento de produção do enunciado, o qual adquire sentido na medida em que uma atualidade motivadora da formulação adquire pertinência na relação com outras enunciações, concebidas como traços da memória discursiva (DIAS, 2015, p. 15).
- A **enunciação** é a apreensão de um enunciado na sua condição de acontecimento, tendo em conta a sua inserção na sucessão dos fenômenos, tanto do ponto de vista da anterioridade que sustenta esse enunciado quanto do ponto de vista da posterioridade para a qual aponta (DIAS, 2015, p. 08).
- A **enunciação** é o acontecimento de produção de sentido, resultando em um enunciado que adquire pertinência social (DIAS, 2018, p. 45).
- A **enunciação** é o acontecimento de produção do enunciado, em que a memória encontra relação com a atualidade do dizer, as formações nominais amparam as condições formais de enunciação, atualizando o referencial histórico (DIAS, 2018, p. 196).

Diante das definições de enunciação apresentadas, vimos que as diversas conceituações englobam aspectos comuns, pontos que se complementam e/ou relacionam-se, agregando elementos e expandindo o campo de estudos. Ratificamos que o movimento parafrástico e de agregação presentes, embora registrados de formas diferentes, apontam para uma base conceitual primeira, que se refere **ao acontecimento do funcionamento da língua e da produção de sentido em um determinado espaço de enunciação**.

Decorre desse fato entendermos ser importante descrevermos, de forma mais detida, como se apresenta e se constitui esse **espaço de enunciação** em que o acontecimento linguístico de produção de sentido se manifesta.

2.1.1 Espaço de enunciação

Trouxemos anteriormente, na seção 2.1, algumas definições para o termo enunciação compilados por Silva (2019), a partir dos estudos de Eduardo Guimarães e Luiz Francisco Dias. Retomando brevemente a base primeira das conceituações elaboradas pelos linguistas, na qual novos elementos foram agregados ao longo das pesquisas, temos que enunciação é, conforme Guimarães, “o acontecimento do funcionamento da língua no espaço de enunciação” (SILVA, 2019, p 25) e, de acordo com Dias, “o acontecimento de produção do enunciado” (SILVA, 2019, p. 26). Segundo Guimarães, esse acontecimento de linguagem ocorre no espaço de enunciação, cuja definição veremos a seguir, nas palavras dos dois teóricos, também extraídas do Glossário de termos da Semântica da Enunciação.

Para Guimarães:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de língua, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam, por disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e de conflito, indissociado da deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político. (GUIMARÃES, 2002, p. 18-19).

Por meio da reescrituração, Dias amplia e contribui para o entendimento desse lugar de acontecimento da linguagem e corrobora o pensamento de Guimarães, dizendo que:

o **espaço da enunciação** é concebido por Guimarães (2017) como um espaço de natureza política, tendo em vista que se diz a partir do alcance social do dizer, e o enunciado circula e é entendido segundo sentimentos, compromissos, alianças, tensões que permeiam os homens, dados os seus papéis sociais. O dizer, concebido na enunciação, é sempre pensado nesse

lugar de diferenças, semelhanças, conflitos, associações, dissociações que caracteriza o espaço de enunciação. (DIAS, 2018, p.64-65).

Ao discutir o espaço de enunciação, Dias amplia o quadro teórico a partir dos conceitos de **referencial histórico** e **pertinência enunciativa**¹¹, que se manifestam por meio da relação entre recortes de memória de significação (memorável) e a demanda do presente (atualidade). Dessa forma, diz o linguista, é a pertinência do acontecimento enunciativo que movimenta as articulações constituintes do dizer no espaço de enunciação (DIAS, 2018).

Sendo assim, nesses espaços de disputa, próprios do acontecimento enunciativo, dão-se os conflitos entre línguas e línguas, entre línguas e falantes e entre falantes e falantes. “É nesse espaço múltiplo que a língua e os falantes se relacionam, afetando-se mutuamente. O falante, em vista disso, é uma categoria linguística e enunciativa, não empírica; uma “figura constituída pelos espaços de enunciação.” (GUIMARÃES, 2017, p. 25). Ao falar, ele se inscreve em um espaço de poder, distribuído segundo a sua identidade social, a partir de valores hierárquicos que se constroem em função da divisão social da língua. Para tanto, se ancora na relação entre o memorável e a pertinência enunciativa que se materializam no dizer. Todas essas articulações fazem do espaço de enunciação, portanto, como já dito, um espaço de litígio, um espaço político.

2.1.1.1 O Político no espaço de enunciação

Inscrevendo-se no domínio das posições materialistas, Guimarães (2002, p. 8) diz que “enunciar é uma prática política em um sentido muito preciso”, já que considera a questão do político na linguagem tomando como lugar de reflexão o domínio da semântica, mais especificamente, o campo dos estudos da enunciação. O autor configura o político como “algo que é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem” (GUIMARÃES, 2002, p. 15), como uma disputa incessante pela palavra e pelas línguas; disputa esta que se dá de forma desigual e hierarquizada nos espaços de enunciação. Por estabelecer-se entre línguas e línguas, entre línguas e falantes e entre falantes e falantes, essa disputa ocupa lugar de importância central na linguagem, fundamento das relações sociais (GUIMARÃES, 2002).

A fim de conceituar o político na linguagem, Guimarães se inspira na forma como Jacques Rancière (1996) caracteriza as abordagens do político na filosofia. No livro “Semântica

¹¹ Os conceitos de referencial histórico e pertinência enunciativa serão discutidos na seção 2.1.1.3.

do Acontecimento”, de 2002, o autor inicia suas discussões apresentando formulações do filósofo, algumas das quais ampliaremos aqui, para uma maior compreensão do político na perspectiva da semântica da enunciação. Dessa forma, faremos um percurso em Rancière (1996, 2005), trazendo algumas questões da constituição da política, base para as formulações de Guimarães.

Iniciaremos abordando uma concepção central do conceito de político proposto por Rancière, que diz respeito à “partilha do sensível”, ideia que perpassa toda a discussão de Guimarães acerca do político na enunciação. Explicitada pelo filósofo no prefácio do seu livro “Políticas da escrita”, publicado em 1995, esse termo reaparece no livro “O desentendimento: política e filosofia” (1996) traduzido por “divisão do sensível”. Dada a importância desse conceito na obra do autor, e a fim de evitarmos o comprometimento da referência, trazemos aqui a tradução inicial, reproduzida na ‘nota da tradução’ do livro “A partilha do sensível”:

Pelo termo de constituição estética deve-se entender aqui a *partilha do sensível* que dá forma à comunidade. *Partilha* significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas. (RANCIÈRE, 2005, s/p. grifos do autor).

Complementando e expandindo o conceito acima, Rancière afirma que partilha do sensível se refere

a um sistema de evidências sensíveis, que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. (...) Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2005, p. 15).

Rancière estabelece a partilha do sensível, portanto, como cerne da política. Por meio dela, e pelas diferentes formas de estar no mundo e senti-lo, envolvendo percepções individuais que pertencem ao âmbito da sensibilidade, os sujeitos participam do comum a partir das suas aptidões, capacidades e tempo para partilhar um espaço determinado. Dessa forma,

a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. (...) É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. (RANCIÈRE, 2005, p. 16).

Esse conceito é forjado, portanto, a partir de duas caracterizações indissociáveis, presentes em qualquer partilha e que dão forma à comunidade: a ideia de um “comum compartilhado”, constituído por meio da sensibilidade que une os sujeitos, suas práticas e suas

palavras a partir da ideia do consenso, e em função da harmonia do todo; e a ideia de “separação dentro do comum”, que se faz pela divisão em partes exclusivas, em quinhões, regulados no uso do tempo e do espaço, nos quais as atividades são organizadas e definidas a partir de um sistema geral das posições sociais e da visibilidade dos sujeitos (RANCIÈRE, 2005).

Sendo assim, ao traçar a participação do indivíduo no todo comum pela divisão do sensível na ordem do tempo e do espaço e, conseqüentemente, dar forma ao social, a partilha tanto une quanto divide a comunidade, em um conflito incessante, a que o autor denomina “desentendimento”.

Partindo das definições do político em Platão e Aristóteles, Rancière (1996) traz, a partir da República, um longo protocolo do desentendimento, sobre um argumento central e consensual de que “que a justiça consiste em dar a cada um o que lhe é devido” (RANCIÈRE, 1996, p. 13). Porém, mesmo que o princípio da atividade política seja a igualdade, o consenso, esse comum partilhado acaba por se transformar em uma repartição de parcelas de comunidade. Quanto a isso, Rancière (1996, p. 11) questiona: “de quais coisas há e não há igualdade entre quais e quais? O que são essas ‘quais’, quem são esses ‘quais’?” e complementa dizendo que

o desentendimento se refere ao que é ser um ser que se serve da palavra para discutir. As estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto. (RANCIÈRE, 1996, p. 13).

Dessa forma, a base da engrenagem na qual se sustenta a política é esse conflito incessante, esse distribuir de parcelas, que incide sobre os que falam e sobre as palavras. O desentendimento é, portanto,

um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa. (RANCIÈRE, 1996, p. 11).

Não significa nem o desconhecimento nem o mal-entendido. O primeiro pressupõe que um ou outro dos interlocutores ou os dois, por simples ignorância, dissimulação ou ilusão constitutiva, não sabem o que um ou o outro dizem. O segundo, pressupõe a imprecisão das palavras (RANCIÈRE, 1996). Mas não se trata disso. Para o estudioso,

os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação de palavra. Os interlocutores então entendem e não entendem aí a mesma coisa nas mesmas palavras. Há todas as espécies de razão para que um X entenda e não entenda ao mesmo tempo um Y: porque, embora entenda claramente o que o outro diz, ele não vê o objeto do qual o outro lhe fala; ou então porque ele entende e deve entender, vê e quer fazer ver um objeto diferente sob a mesma palavra, uma razão diferente no mesmo argumento. (RANCIÈRE, 1996, p. 12).

Exemplificando a partir do nosso objeto de pesquisa, quando um interlocutor diz ‘vadia’ e um outro interlocutor também diz ‘vadia’, ambos compreendem claramente o enunciado, porém, sob a mesma palavra, ambos podem entender a mesma coisa, assim como podem não entender a mesma coisa, com outros efeitos de sentidos sendo produzidos, totalmente diferentes, a depender do lugar de enunciação na divisão do real.

Antes de seguirmos sobre o desentendimento no político, é interessante revermos com Rancière (1996) um trecho do livro I da “Política” de Aristóteles:

Único entre todos os animais, o homem possui a palavra. Sem dúvida, a voz é o meio pelo qual se indica a dor e o prazer. Por isso pertence aos outros animais. A natureza deles vai só até aí: possuem o sentimento da dor e do prazer e podem indicá-lo entre si. Mas a palavra está aí para indicar o útil e o nocivo e, por consequência, o justo e o injusto. É isso que é próprio dos homens, em comparação com os outros animais: o homem é o único que possui o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto. (RANCIÈRE, 1996, p. 17).

O caráter eminentemente político do homem é deduzido em Aristóteles pelo indício da posse do “logos”, ou seja, “da palavra, que *manifesta*, enquanto a voz apenas *indica*. O que a palavra manifesta, o que ela torna evidente para uma comunidade de sujeitos que a ouvem, é o útil e o nocivo e, conseqüentemente, o justo e o injusto” (RANCIÈRE, 1996, p. 17, grifos do autor). O filósofo aponta e critica em Aristóteles ideias relacionadas às fronteiras e à relatividade do sensível, entre o “útil” e o “nocivo”, entre o “bem” e o “mal” e diz que a indefinição de limites causa desigualdades na divisão do sensível, já que o que é bom e útil para um, pode ser danoso para um outro. O conflito, então, estabelecido a partir do dano causado, é o que busca romper com a hierarquização, com a dominação, com as exclusões e desigualdades na partilha do sensível. Ao assumir a própria voz na afirmação da igualdade entre os seres, se estabelece o desentendimento e, conseqüentemente, a luta democrática (RANCIÈRE, 1996).

Quem, ou “quais” são aqueles que dominam os discursos acerca da partilha do sensível? Quem pode e quem não pode falar? O que afeta e divide o social afeta e divide também a língua, pois são instâncias indissociáveis.

Vimos, com Rancière, o político apresentado como ‘desentendimento’, ou seja, o conflito imanente à partilha do sensível, que dá forma à sociedade. Veremos, a seguir, ancorados nos fundamentos propostos por Rancière, o político na semântica da enunciação.

Conforme já posto no início desta seção, a ideia de “partilha do sensível”, explicitada no livro “Políticas da escrita”, de 1995, e traduzida posteriormente como “divisão do sensível” no livro “O desentendimento”, é trazida por Guimarães (2002), na perspectiva enunciativa, como “divisão do real”. No entanto, a partir da leitura de Rancière e Guimarães, defendemos a

produtividade da articulação entre os pressupostos por eles estabelecidos. O que aparentemente difere um conceito do outro é o foco de abordagem que cada teórico tem em relação ao seu objeto de pesquisa.

Situando-se em recortes distintos, Rancière parte do social e busca a linguagem, constitutiva desse social. O foco do olhar do filósofo é, portanto, no social, e a linguagem é uma via de acesso, embora em interface com ele. Guimarães faz o contrário: parte da linguagem e aborda o social, também em interface. Temos, assim, que o lugar de percepção de cada um é que muda. Ao falar do social em interface com a linguagem, Rancière usa o termo “partilha do sensível”. Já Guimarães, ao falar da linguagem em interface com o social, utiliza “divisão do real”. De um lado temos um filósofo falando da sociedade e tomando a linguagem no estudo social. Do outro, temos um linguista falando da linguagem e tomando o social no estudo da língua.

Esclarecida essa abordagem conceitual, discutiremos então o conceito de político em Guimarães, trazendo suas palavras:

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) um (sic) divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

Entendemos sobre essa questão que, ao mesmo tempo em que o real é dividido a partir de regras de participação normatizadas, ele também é dividido pela palavra que rompe com os limites entre quem pode e quem não pode ocupar certos lugares enunciativos. A contradição que constitui o político se dá, portanto, pelo fato de que essa mesma normatividade que estabelece a divisão do real também possibilita um espaço no qual a palavra pode ser questionada e subvertida.

Guimarães (2002, p. 16) complementa dizendo que “o político está assim sempre dividido pela desmontagem da contradição que o constitui”, desmontagem esta que é o esforço do poder em silenciar a contradição, o conflito, buscando com isso um político como ação homogeneizadora. “De tal modo que o estabelecimento da desigualdade se apresente como necessária à vida social e a afirmação de pertencimento, e de igualdade, é significada como abuso, impropriedade” (GUIMARÃES, 2002).

Tomemos aqui um exemplo: nas edições da Marcha das Vadias no Brasil, ocorridas entre 2011 e 2018, milhares de feministas saíram às ruas em protesto contra a opressão das

mulheres pelos homens, e uma das bandeiras levantadas era a do direito de se vestirem como quisessem, sem que isso fosse um convite ao estupro. A seguir, trazemos um dos muitos cartazes presentes nas Marchas, com os seguintes dizeres:

(1)

Figura 1 – Marcha das Vadias 2011



Fonte: Imagem obtida a partir do site de pesquisas Google.¹²

Esse enunciado, ao produzir um sentido inscrito no referencial da liberdade, contrapõe-se claramente a um memorável de enunciados que afirmam que a mulher ‘honesta’ se veste com recato para não chamar a atenção dos homens e que a mulher que usa uma saia curta é uma mulher ‘vadia’.

O enunciado (1), ao afirmar o pertencimento em uma divisão do real cuja normatividade valora certos dizeres em detrimento de outros, expõe a desigualdade dessa divisão, assim como da distribuição dos lugares enunciativos. Os dizeres negados socialmente, como os do exemplo, entram em disputa com os dizeres instituídos e aceitos, e, por essa via, instala-se uma outra divisão do real, uma outra ordem, em que o conflito rompe com a normatividade no acontecimento da enunciação.

No entanto, “essa afirmação de pertencimento, por precisar se repetir como eco por um longo período (...), significa a sua falta de sentido no acontecimento. Ou seja, afirmar o direito é nesse acontecimento sem sentido, para aqueles que falam do lugar da normatividade” (GUIMARÃES, 2002, p. 17), pois o lugar da normatividade é um lugar em que a ‘saia curta’ não é aceita, ou seja, é um lugar no qual a mulher livre não é incluída.

¹² Disponível em: <https://cintiacosta.com/portugues/feminismo-2/como-a-violencia-contra-a-mulher-nasce-ai-dentro-de-voce/>. Acesso em: 06 abr. 2019. Foto: Mario Ângelo/Sigmapress/AE.

O político não é, nesse caso, apenas o dizer normatizado sobre a mulher honesta e recatada, tampouco somente o dizer da parcela excluída das mulheres livres, que afirmam o seu pertencimento, mas “a contradição que instala este conflito no centro do dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 17).

Ele se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos. O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos (GUIMARÃES, 2002, p. 17).

Assim, a enunciação do cartaz se opõe ao que é normatizado, e estabelece o dissenso, por meio de formas linguísticas que, em um movimento de (des)regularização, tencionam o cotidiano social e estabelecem divisões na constituição do dizer. Tais divisões se realizam em cenas, especificamente, em cenas enunciativas.

2.1.1.2 Cena enunciativa: agenciamento do sujeito na enunciação

A cena enunciativa é uma categoria metodológica-descritiva que se encontra presente em várias áreas do conhecimento, apresentando configurações específicas a depender da teoria na qual se inscreve. Em função da pluralidade conceitual dessa categoria, optamos por apresentar a concepção de Guimarães (2017, 2018) nos estudos enunciativos, com a qual trabalhamos, fazendo uma diferenciação desta com a concepção de Maingueneau (2001[1998]) nos estudos discursivos, a fim de demarcar com mais detalhamento a configuração de cena enunciativa defendida por Guimarães.

Começamos por Maingueneau (2001) que, em “Análise de textos de comunicação”, descreve a cena enunciativa do discurso em três dimensões: cena englobante, cena genérica e cenografia. A primeira delas, a cena englobante, refere-se a um determinado tipo de discurso; a cena genérica refere-se ao gênero do discurso de modo específico, sendo que essas duas cenas delimitam “o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido” (MAINGUENEAU, 2001, p. 87). Já a terceira dimensão, a cenografia, refere-se ao contexto que a enunciação envolve e, por consequência, “não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para construir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala” (MAINGUENEAU, 2001, p. 87).

Diferentemente de Maingueneau, para Guimarães a cena enunciativa não implica nem o tipo e o gênero do discurso nem a cenografia (o contexto), mas “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, 2002, p. 23), assim como a distribuição dos lugares enunciativos no acontecimento – “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”, os quais são configurados pelo agenciamento enunciativo. Assim, diz Guimarães (2018, p.58), a cena enunciativa constitui a sua própria politopia.

Em vista disso, é fundamental considerar o modo como os lugares de dizer se constituem pelo funcionamento da língua, pensar essas relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas, envolvendo os modos específicos de acesso à palavra, já que “a cena enunciativa é assim um lugar particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 23), o que significa que os papéis assumidos pelos agentes da enunciação são retratados pelo modo de funcionamento do dizer.

A enunciação nesse espaço, portanto, não se caracteriza por um ato intencional, pois são os modos de agenciamento do acontecimento de linguagem que constituem os sentidos: “o acontecimento da enunciação agencia o falante a dizer enquanto um lugar de enunciação, como lugar que enuncia” (GUIMARÃES, 2018, p. 41), estabelecendo as cenas e suas divisões. Com relação a esse lugar do dizer, Guimarães (2018) explicita que o falante, ao ser agenciado a enunciar, desdobra-se em distintos lugares: o lugar que diz (Locutor); o lugar social do dizer (alocutor); e o lugar de dizer (enunciador: individual, coletivo, genérico e universal).

Detalhando um pouco mais, temos que o falante constituído no espaço da cena enunciativa é tomado pelo funcionamento da língua e suas sistematicidades e, portanto, ao dizer, esse falante é agenciado em Locutor (L), assumindo o papel daquele que diz algo para alguém, que fala para o seu Locutário (LT). O Locutor, esta figura constituída pelo discurso, assume o ‘eu’ enunciativo, tendo como correlato o ‘tu’ Locutário. De acordo com Guimarães (2017, p. 31-32), o Locutor “é o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer”. Isso posto, temos então que o Locutor é a figura responsável pelo discurso, enquanto o Locutário, enquanto tomado pelo mesmo espaço enunciativo, são as pessoas que se interessam em ouvir tal discurso. Entretanto o falante, ao ser agenciado em Locutor (lugar que diz) é também mobilizado em alocutor-x (al-x), figura constituída pelo lugar social e político do dizer, que é (re)configurado em cada acontecimento enunciativo. Dessa maneira, o alocutor-x ocupa diferentes instâncias como, por exemplo, o lugar social de mãe, de pai, de filho(a), de professor(a), de médico(a) etc. Como seu correlato, temos a pessoa para quem o alocutor-x direciona o seu dizer, ou seja, o alocutário-x (at-x).

Além do lugar que diz, [Locutor (L)] e do lugar social do dizer, [alocutor (al-x)], há na cena enunciativa um outro lugar, o “lugar de dizer”, configurado pela figura do enunciador (E), que se apresenta, segundo a relação com o que se diz no acontecimento, como: enunciador-individual, que se identifica como o lugar de dizer assumindo o *eu* enunciativo; enunciador-coletivo, que apresenta, por meio de uma única voz, o dizer de uma coletividade; enunciador-genérico, que se configura “quando a enunciação representa o Locutor como difuso num todo em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos” (GUIMARÃES, 2017, p. 35) e é apresentado como modo de saberes partilhados (provérbios, ditos populares); e enunciador-universal, que apresenta uma verdade absoluta, que não é posta em discussão.

Em síntese, a cena enunciativa se constitui a partir do agenciamento do falante a dizer, o que divide a cena em lugares enunciativos: o lugar daquele que diz (Locutor), o lugar social de dizer (alocutor) e o lugar de dizer (enunciador). Essa divisão dos lugares de enunciação constitui o que Guimarães (2018) chama de politopia da cena enunciativa. Ele explica que, como os falantes são constituídos pelo espaço de enunciação e pela relação com as línguas, segundo a historicidade dessa relação, o fundamento do agenciamento do falante não é a relação de alocação e, portanto, não é dialógica, já que “esta constituição da alocação se dá pelo agenciamento, pela língua, do falante em Locutor, e pelo agenciamento do falante em alocutor pela relação histórica com os falantes do espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2018, p. 72).

Feitas essas caracterizações sobre os lugares de enunciação, veremos como alguns falantes são agenciados a dizer, a partir dos seguintes enunciados:

(2)

Figura 2 – Marcha das vadias 2016



Fonte: Imagem obtida a partir do site de pesquisas Google.¹³

¹³<http://www.reporterportovelho.com.br/marcha-das-vadias-protesta-no-rio-contramachismo-e-cultura-do-estupro/> Acesso em: 10 fev. 2021.

O enunciado (2),

(2) Meu corpo pertence a mim,

se refere a um cartaz presente na Marcha das Vadias de 2016. Nele, o falante é agenciado em Locutor (L) e assume o ‘eu’ enunciativo, o lugar daquele que diz algo para alguém, o seu correlato ‘tu’ Locutário (LT). O Locutor enuncia de um lugar social e político que mobiliza um alocutor-x, configurado nesse acontecimento como um alocutor-feminista, já que esse alocutor fala a pessoas envolvidas nas questões e pautas do feminismo, seus alocutários (at-x). O alocutor-feminista em (2) - Meu corpo pertence a mim - mobiliza um enunciador-individual, que pode ser notado pelo pronome possessivo ‘meu’ e pelo pronome oblíquo ‘mim’, que associam o dizer a uma determinada pessoa.

Observemos agora o enunciado (3):

(3) Se ser vadia é ser livre, somos todas vadias.

O enunciado (3) - Se ser vadia é ser livre, somos todas vadias. -, presente em várias, senão em todas as edições da Marcha das Vadias, mobiliza um enunciador-coletivo, ao apresentar o dizer de um grupo de pessoas, de uma única voz que, em conjunto, afirma a assunção de liberdade. Nessa cena, o enunciador-coletivo é identificado pelo verbo ‘ser’ conjugado na primeira pessoa do plural na segunda oração (somos todas vadias), o que indica o ‘nós’ enunciador. A figura do Locutor em (3) mobiliza/agencia, assim como em (2), um alocutário-feminista, ao falar a partir de um lugar social, e também político, de quem luta pela igualdade de gênero.

Já no enunciado (4),

(4) Lugar de mulher é na cozinha.

as formas linguísticas não nos permitem identificar o enunciador, pois o Locutor não apresenta a marcação de um *eu* ou um *nós* enunciativo. Ele está difuso em uma cena em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos. Assim, o Locutor em (4) é apresentado como modo de saber compartilhado, configurando, assim, um enunciador-genérico. “Lugar de mulher é na cozinha” é um dito popular que se baseia em um senso comum que delimita o espaço de atividades da mulher como sendo o espaço da casa e dos afazeres domésticos, sendo, portanto, uma proposição já regularizada socialmente. Dessa forma, o alocutor-x desse acontecimento

enunciativo pode ser localizado a partir do sentido que o enunciado constrói, o de limitação da liberdade da mulher. Podemos identificar com isso um alocutor-masculinista, que vê a mulher como ser submisso ao homem.

Como contraponto ao enunciado (4) Lugar de mulher é na cozinha, trouxemos o seguinte enunciado:

(5)

Figura 3 – Marcha das Vadias 2012



Fonte: Imagem obtida a partir do site de pesquisas Google.¹⁴

Em (5)

(5) Lugar de mulher é onde ela quiser!

o falante é agenciado em um Locutor que mobiliza um alocutário-x que fala de um lugar social e político de defesa da liberdade da mulher e não da sua limitação, como em (4) - Lugar de mulher é na cozinha. Dessa forma, a figura agenciada nesse dizer é configurada como um alocutário-feminista. Aqui também temos um enunciador-genérico, já que o Locutor se mostra de forma difusa. Porém, não é compreendido como saber partilhado, em forma de provérbio ou dito popular como em (4). Entretanto, o enunciado (5) Lugar de mulher é onde ela quiser, projeta uma futuridade visto a maneira como extrapola a cena enunciativa da Marcha das Vadias, como podemos observar nos acontecimentos enunciativos a seguir, coletados a partir de busca no site de pesquisas *Google*.

¹⁴ <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/marcha-das-vadias-toma-as-ruas-das-cidades-brasileiras-2/> Acesso em: 10 fev. 2021.

(6)

Figura 4 – Título de livro

Fonte: Imagens obtidas a partir do Google¹⁵

(7)

Figura 5 - Faixa em estádio

Fonte: Imagens obtidas a partir do Google¹⁶

(8)

Figura 6 – Exposição

Fonte: Imagem obtida por meio do Google¹⁷

(9)

Figura 7 – Convite

Fonte: Imagem obtida por meio do Google¹⁸

¹⁵ Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Lugar-Mulher-Onde-Ela-Quiser/dp/8578609034>. Acesso em: 28 fev. 2021.

¹⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/06/lugar-de-mulher-e-no-estadio-e-onde-mais-ela-quiser-os-coletivos-de-torcedoras-do-rs>. Acesso em: 28 fev. 2021

¹⁷ Disponível em: <http://ladyscomics.com.br/exposicao-lugar-de-mulher-e-no-tanque-e-onde-mais-ela-quiser>. Acesso em: 28 fev. 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://www.sinjusc.org.br/site/lugar-de-mulher-e-onde-ela-quiser/>. Acesso em: 28 fev. 2021

(10)

Figura 8 – Cartaz de divulgaçãoFonte: Imagens obtidas a partir do *Google*¹⁹

(11)

Figura 9 – MemeFonte: Imagens obtidas a partir do *Google*²⁰

(12)

Figura 10 – UtilitáriosFonte: Imagens obtidas a partir do site de pesquisas *Google*.²¹

¹⁹ Disponível em: <https://saoraimundononato.pi.gov.br/portal/prefeitura-divulga-programacao-para-o-dia-internacional-da-mulher/>. Acesso em: 28 fev. 2021

²⁰ Disponível em: <https://www.gerarmemes.com.br/memes-recentes/25373>. Acesso em: 28 fev. 2021.

²¹ Disponíveis em:

<https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-785740224-caneca-lugar-de-mulher-e-onde-ela-quiser-feminismo-JM>. Acesso em: 28 fev. 2021.

<https://www.artvest.com.br/produtos/camiseta-lugar-de-mulher-e-onde-ela-quiser/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

<https://www.americanas.com.br/produto/1895830709>. Acesso em: 28 fev. 2021.

Percebemos nas figuras de (4) a (10), uma multiplicidade de espaços enunciativos nos quais o enunciado “Lugar de mulher é onde ela quiser” está presente: em (4), título de livro; em (5), faixa em estádio de futebol, cujo dizer se efetua como “Lugar de mulher é no campo, na arquibancada e onde mais ela quiser”, ou seja, atualizado para o espaço enunciativo no qual está inserido; em (6), divulgação da exposição da artista Thais Gualberto, por meio de uma charge que joga com os dois sentidos da palavra tanque, em que o enunciado “Lugar de mulher é no tanque e onde mais ela quiser” se relaciona à ilustração de um tanque de guerra dirigido por uma mulher; em (7), convite; e, em (8), cartaz de divulgação, ambos de eventos alusivos ao Dia Internacional da Mulher; em (9), meme, que apresenta com humor o enunciado “Quando falam que mulher não pode ocupar um cargo de excelência, calma aí jovem, lugar de mulher é onde ela quiser”; e, por fim, em (10), utilitários: copo, camiseta e capa para *iphone*.

Nesses exemplos, observamos como o enunciado “Lugar de mulher é onde ela quiser”, ao criar um movimento de deslocamento e projeção de futuridade, ecoa para além da cena primeira na qual ele aparece, extrapolando, portanto, o espaço enunciativo da Marcha das Vadias.

Após apresentarmos, ainda que de forma breve, exemplos de como o falante é agenciado a dizer pela cena enunciativa, discutiremos na próxima seção dois conceitos essenciais que ancoram a produção dos efeitos de sentido que essa configuração do dizer manifesta. São eles: o referencial histórico de significação e a pertinência enunciativa, fundamentos essenciais para os estudos da enunciação, na perspectiva que adotamos.

2.1.1.3 Referencial histórico (memorável) x pertinência enunciativa (atualidade)

A concepção de ‘referencial histórico’, proposta por Dias (2018), que vai sustentar a dinâmica enunciativa das formas linguísticas, foi inspirada no conceito de ‘referencial’ de Foucault, para o qual um referencial “não é constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidades’, ou de ‘seres’, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas”. Dessa forma, é o domínio de referências, ou ‘referencial’ que “forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 104). Segundo Dias (2018), a principal sustentação desse

conceito é a de que tanto indivíduos quanto objetos, estado de coisas e relações não são individuais absolutos, mas

adquirem identidade a partir dos lugares de enunciador e das perspectivas da enunciação. Sendo assim, é o próprio enunciado, e não as propriedades inerentes aos seres, estados e relações, que constitui o referencial a partir do qual eles se individualizam na referência. (DIAS, 2018, p. 101).

Nesse sentido, é preciso que as entidades exteriores à linguagem adquiram pertinência para serem nomeadas, e é por meio da enunciação que elas se tornam pertinentes ao acontecimento enunciativo, o que ocorre devido as possibilidades históricas que as fazem emergir (DIAS, 2018). Assim, o referencial histórico está no mesmo eixo de conceitos como memória (que opera na dimensão discursiva), memorável – “que pode ser compreendido a partir da dimensão da temporalidade do acontecimento representado pelo passado que é resgatado/recortado pela enunciação” (SILVA, 2019, p. 70), e de passado enunciativo. O referencial histórico encontra-se, pois, na instância dos “já-ditos”, e opera como sustentador dos sentidos.

Para além do referencial histórico, conforme Guimarães, “o acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro” (GUIMARÃES, 2002, p. 12). E passado, porque se ancora em fatos anteriormente constituídos, “esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável” (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

Isso posto, podemos dizer, em acordo com Souza Dias que “o acontecimento é virtual”, uma vez que “...um acontecimento não existe fora das suas efectuações. Mas também não se esgota nelas, não ‘está’ apenas no seu existir atual.” (SOUZA DIAS 1995, p. 89). Na perspectiva da semântica da enunciação, diz Dalmáschio (2013, p. 63), “o virtual é a instância em que age a memória sócio-histórica”. Por essa via, compreendemos que falar é significar a partir de um “já dito”, de um já significado na instância do passado. Assim, ao falar, instalamos esse “já dito” que é atualizado, o que só é possível pela pertinência histórico-social que advém da memória e emerge no enunciado como memorável.

Em outras palavras, o que dizemos se relaciona sempre com outros dizeres, está constantemente afetado por outras falas, pelo que já foi significado. “E tudo isso é regulado por formas específicas de dizer, modos de se fazer reconhecer pela linguagem” (DIAS, 2018, p. 104). Assim, em um espaço de enunciação, a relação entre recortes de memória – o memorável -, e a demanda de um presente criam a pertinência enunciativa, a qual movimenta as articulações

que constituem a unidade do enunciado, a sua estrutura formal. Segundo Dias, pertinência enunciativa é definida, portanto, como

a relação que um enunciado mantém com as cenas que nos acionam a dizer algo na instância do presente do enunciar. No cotidiano, nós somos evocados ou acionados a responder, interpretar, a interferir enunciativamente nas situações de enunciação que se nos apresentam. Quando tomamos a palavra, seja no oral, seja no escrito, o fazemos de diferentes maneiras tendo em vista diferentes situações de enunciação. Os nossos modos de enunciar, portanto, se adaptam a seu modo de pertencimento às cenas de enunciação do presente. (DIAS, 2018, p. 142-143).

A pertinência enunciativa, dessa forma, “constitui-se como ancoragem do histórico na atualidade das demandas do dizer” (DIAS, 2018, p. 197).

Entendemos, pois, que os enunciados são presentificados (ganham pertinência) a partir da sua configuração na história, ou seja, por meio da sua ancoragem no passado (memorável) e, na materialidade da sua atualização, projetam uma futuridade, ou seja, projetam a possibilidade de novos dizeres que, por sua vez, irão se ancorar em passados de sentidos.

Relacionando os conceitos expostos anteriormente, podemos dizer que, “assim como o referencial histórico está para o memorável, para o passado enunciativo, para a virtualidade, a pertinência enunciativa está para o atual, para o presente enunciativo, para a atualização do dizer.”

A fim de exemplificar os conceitos de referencial histórico (memorável) e de pertinência enunciativa (atualização), voltemos aos enunciados (4), (5) e aos enunciados das figuras 6 e 9, apresentados na seção anterior, sobre cena enunciativa:

(4) Lugar de mulher é na cozinha.

Sabemos, pelos recortes de memória, que existem dizeres regularizados que recortam/resgatam um espaço enunciativo no qual o lugar de atuação da mulher é o espaço doméstico, do lar, ou seja, um espaço demarcado, limitado, aquém de qualquer projeto de transcendência. O enunciado (4) “Lugar de mulher é na cozinha.” é um exemplo desse memorável, pois traz a ideia de que existe um lugar de mulher que lhe é específico; e esse lugar, no espaço enunciativo regularizado, ao qual nos referimos anteriormente, não é o espaço público, muito menos o da liberdade. Essa regularização de sentido se fixa a partir de enunciados que circulam socialmente, tais como a peça publicitária apresentada em (13):

(13)

Figura 11 – Propaganda publicitária da marca de panelas PANEX

Fonte: Imagem obtida por meio do site de pesquisas Google.²²

Uma vez construído enunciativamente, o ‘real’ do lugar feminino passa a ganhar pertinência quando circundado pelo escopo semântico da dedicação às “panelas”, à cozinha, ao lar.

Todavia, em (4), percebemos que na primeira parte do enunciado, a proposição “Lugar de mulher é...”, projeta um espaço a ser preenchido por uma segunda proposição, que, em (4) é aquela materializada pela expressão adverbial “na cozinha”. Porém, esse espaço poderia ser completado por várias outras proposições tais como: no tanque, na casa, junto ao marido, junto aos filhos etc. Isso posto, temos que “Lugar de mulher é...” funciona como um referencial cuja estrutura linguística (frase nominal mais verbo de ligação) aceita que a expressão “Lugar de mulher é...”, em função do espaço aberto logo após o verbo ser, possa ter seu sentido dilatado por diversos outros predicativos. Isso nos mostra que em (4) há uma repetição, uma regularidade (“Lugar de mulher é...”), mas há, também, a possibilidade de que novos dizeres surjam, em outros acontecimentos, e sejam postos em cena, como veremos no enunciado (5) a seguir:

(5) Lugar de mulher é onde ela quiser.

O enunciado (5) “Lugar de mulher é onde ela quiser” é marcado em sua constituição material pelo domínio de referência do acontecimento anterior em (4), “Lugar de mulher é na cozinha”, cuja estrutura formal, como já discutimos, traz uma frase nominal, representada por uma primeira proposição, seguida do verbo de ligação “é” (“Lugar de mulher é...”), que põe em

²² Disponível em: <https://meliesart.files.wordpress.com/2017/10/images-12-1799929041.jpg>. Acesso em: 03 mar. 2021.

causa a segunda proposição, a qual, em decorrência disso, ganha mobilidade. Com isso, o enunciado (5) “Lugar de mulher é onde ela quiser”, instala uma relação que coloca em xeque o enunciado (4) “Lugar de mulher é na cozinha”, no que diz respeito ao espaço de atuação da mulher. Temos, assim, que (4) “constitui-se como ancoragem do histórico na atualidade das demandas do dizer” (GUIMARÃES, 2018, p. 197), e sustenta a pertinência enunciativa em (5). Nesse caso, o verbo de ligação (ser) se constitui como um articulador eficiente entre uma regularidade (“Lugar de mulher é...”) e uma atualidade (“onde ela quiser”), cuja configuração só foi possível devido aos dizeres historicamente produzidos em outros acontecimentos enunciativos sobre o lugar social da mulher, ou seja, a partir de uma relação com um já-dito, uma vez que a memória sócio-histórica age na instância do virtual e está sempre ancorando novos dizeres.

Reafirmando Souza Dias (1995), entendemos que “no virtual, a diferença e a repetição fundam o movimento da atualização, da diferença como criação...” (DELEUZE, 2006, p. 299), ou seja, entendemos que o acontecimento, em sua virtualidade, não existe fora das suas efetuações nem tampouco se esgota nelas.

2.1.2 Reescrituração

Conforme já dissemos aqui, o domínio da semântica inclui o estudo da significação linguística, ou seja, o estudo do sentido das palavras e expressões e são várias as perspectivas que tratam desta questão. As que se situam em um domínio formalista dão ênfase à forma ou estrutura gramatical, e percebem a relação das palavras com algo que está fora delas, algo no mundo, a partir de um olhar referencialista, portanto.

Em seu texto “Domínio Semântico de Determinação”, Guimarães afirma que não se pode deixar de tomar a referência como elemento fundamental nas análises, mas, como semanticista da enunciação, defende (2007, p. 77) que “a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem”; e que tal relação, entre uma coisa no mundo com uma palavra ou expressão, não consiste em uma classificação de objetos, pensada a partir de uma análise formal, como a sintática, por exemplo. Trata-se de uma relação de sentido entre palavras que não considera de antemão nenhuma realidade a que elas se reportam, mas uma relação construída no momento do dizer. A significação se dá, dessa forma, a partir da produção enunciativa no e pelo acontecimento da anunciação (GUIMARÃES, 2007).

Sob esse ponto de vista, tem-se, ainda, que o sentido das palavras é construído na sua integração a um texto particular, e de acordo com as relações de determinação semântica estabelecidas enunciativamente com outras palavras. Assim, diferentemente do olhar formalista, os sentidos que se apresentam enunciativamente são fluidos e dinâmicos, a depender das articulações entre as palavras e expressões em suas relações de determinação semântica. Para discutir as questões do sentido, sob o viés da determinação, o autor trabalha, entre outros, com dois tipos de procedimento: a reescrituração e a articulação. Esse segundo procedimento diz respeito “às relações próprias das contiguidades locais. De como o funcionamento de certas formas afeta outras que elas não redizem” (GUIMARÃES, 2007, p. 87). É justamente esse ‘redizer’, ausente no que apresentamos como segundo procedimento, que nos interessa, na medida em que se constitui como processo de reescrituração, conceito central para nossas análises sobre o político. Lançaremos a ele, portanto, um olhar mais atento.

Para Guimarães, a reescrituração é “o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Esse procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado.” (GUIMARÃES, 2007, p. 84).

Essa concepção foi formulada primeiramente na publicação de “Textualidade e Enunciação”, em 1998, no periódico “Escritos”. Nela Guimarães afirma que os sentidos das formas se movimentam incessantemente compondo o texto, em um processo que “se dá exatamente nos pontos de estabelecimento de identificação de semelhanças, de correspondências, de igualdades” (GUIMARÃES, 1998, s/p). Assim, quando uma palavra rediz uma outra como igual/correspondente, o sentido se movimenta, constituindo a textualidade. Para o linguista, “os procedimentos de textualidade são procedimentos de reescritura” (GUIMARÃES, 1998, s/p), visto que a enunciação de um texto, ao retomar uma palavra por outra, determinando-a, rediz o que já foi dito, de tal modo

que este incessante parafraseamento se faz como a constituição do polissêmico nestes pontos de identificação. Esse redizer, como o dizer de correspondências, é inevitavelmente o dizer de uma não correspondência. Assim, (...) o lugar da construção da representação do homogêneo que faz texto, é, exatamente, o lugar da significação da diferença (GUIMARÃES, 1998, s/p).

A textualidade, portanto, é o espaço no qual os sentidos se movimentam entre o igual e o diferente, efeito dessa reescritura infinita da linguagem.

A reescrituração coloca em funcionamento a operação de predicação, fundamental na constituição de sentido de um texto, pela qual “uma expressão se reporta a outra, (...). Ou por negar a outra, ou por retomá-la, ou por redizê-la com outras palavras, ou por expandi-la, ou

condensá-la, etc.” (GUIMARÃES, 2007, p. 84). Essa predicação, no entanto, não é a mesma entendida sintaticamente, como própria de uma frase ou sentença, e que se dá pelo processo formal.

O processo de reescrituração “produz sentido na medida em que ao retomar alguma expressão faz com que ela signifique de outro modo” (Ibidem, p. 87), predicando e determinando essa expressão. São diversos os modos pelos quais a reescrituração ocorre: repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição. Guimarães (2007) conceitua e exemplifica cada um desses modos. Porém, trataremos aqui apenas da reescrituração por substituição.

Vale ressaltar, ainda, que, segundo o autor, a substituição ocorre quando uma expressão é retomada em outro ponto do texto por outra expressão. Entretanto, essa retomada de uma expressão por outra pode se dar por diferentes formas: por anáfora, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização, enumeração e sinonímia. Sempre que “a reescrituração apresenta uma palavra ou expressão como tendo o mesmo sentido que a outra à qual se liga” (GUIMARÃES, 2007, p. 87), temos a substituição por sinonímia. Todavia, o que o autor enfatiza é o fato de a reescritura por sinonímia predicar algo de um termo sobre o outro a partir do próprio movimento polissêmico da reescritura. Não se trata, por essa via, apenas de uma retomada do mesmo. Corresponde, antes, a uma dilatação referencial que agrega à palavra reescrita efeitos outros por meio do movimento advindo do ato de predicar.

Nesse ponto gostaríamos de, em um movimento de ousadia, colocar em causa a própria perspectiva da sinonímia, uma vez que, por se tratar de um termo já cunhado em estudos de bases tradicionais com valor aparentemente oposto ao estabelecido pelo teórico, tememos que o fato de se falar em reescrituração por sinonímia se faça emergir um valor conceitual destoante das concepções sobre sentido postulados pela própria Semântica da Enunciação. De acordo com a gramática, sinônimo é a “palavra ou expressão que possui o mesmo ou aproximadamente o mesmo, significado que outra, podendo substituí-la sem que haja prejuízo ou alteração de sentido.”²³ Com relação a esse conceito tradicional, nos posicionamos contra a noção de igualdade entre as palavras. Na nossa perspectiva, há, sim, uma ancoragem no dizer semelhante, mas não uma equivalência. Há uma proximidade de sentidos, um redizer, um redizer que corresponde a um dizer diferente. Assim, o conceito de sinonímia na Teoria da Enunciação passa pelo dizer algo que está no mesmo domínio referencial do termo que foi dito, entretanto não é o mesmo, não é o igual. Uso aqui as palavras de minha orientadora Luciani Dalmaschio,

²³ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sinonimo/> Acesso em: 06 maio 2021.

em conversa que tivemos depois da defesa deste trabalho, sobre o conceito de sinonímia: “Nós trabalhamos com a ideia da resistência e da mudança daquilo que se diz. Então, se eu resisto eu posso fazer parte do mesmo, mas se eu mudo, eu tomo parte no diferente.”

Isso dito, usaremos a noção de sinonímia em respeito às categorizações dos procedimentos de reescritura cunhadas por Guimarães (2007), embora haja uma divergência entre os conceitos de sinonímia trazidos pela Semântica da Enunciação e aqueles trazidos pelos estudos de base tradicionais, conforme demonstramos anteriormente.

Dessa maneira, nossa escolha por esses procedimentos e modos de análise (substituição por sinonímia), em detrimento dos outros apresentados pelo pesquisador, se justifica porque estamos defendendo a tese de que o *corpus* que trazemos para esta pesquisa, ao redizer o dito (reescrituação), por meio da troca lexical (substituição), realiza a atribuição de efeitos de sentido entre os termos reescriturados, em função do valor predicativo desse mecanismo de enunciação (sinonímia).

3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Como metodologia para esta pesquisa, realizamos, inicialmente, um aprofundamento nos pressupostos teóricos que subsidiarão nossas análises. Para tanto, ampliamos nossas buscas por textos que discutem a história da Mulher, bem como por aqueles que descrevem os pressupostos fundantes da Semântica da Enunciação.

Logo depois, fizemos as análises do *corpus*, que foi selecionado, conforme descrição a seguir, levando em consideração três momentos de reflexão, que se desdobrarão em três seções da dissertação.

Na primeira parte de nossas análises, buscamos o referencial histórico que nos possibilitou **explicitar o domínio referencial que ancora a regularização do sentido da palavra vadia, combatido pela marcha** (nosso primeiro objetivo específico). Para tanto, trabalhamos com enunciados divulgados na mídia digital que nos trouxeram subsídios de análise da palavra vadia cujos efeitos de sentido foram/são responsáveis pela regularização social do termo como prostituta, dentre outros. As atualizações e presentificações da palavra vadia, que mantêm sentidos associados à prostituição, também foram analisadas em textos captados no site de pesquisa *Google*, com a entrada: “ela é uma vadia.” A constituição desse enunciado de busca foi realizada tendo em vista a presença da palavra vadia articulada ao pronome e ao artigo feminino “ela” e “uma”, concomitantemente, que, em uma relação discursiva, corresponde à atribuição de perspectiva (vadia) a alguém do gênero feminino.

Em um segundo momento, buscamos **analisar como ocorre o processo de reescrituração da palavra vadia constituindo um novo referencial; deslocando-se do referencial da prostituição e se estabelecendo o referencial da liberdade** (nosso segundo objetivo específico). Para isso, trabalhamos tanto os enunciados presentes nas marchas - em cartazes, faixas, corpos -, como também em um conjunto de textos que falam da marcha - reportagens, panfletos e *posts* em redes sociais. Além disso, foram considerados outros enunciados que, em rede, constituíram pontos de contraste ou de aproximação, para a verificação de nossa hipótese que corresponde a afirmação de que: a reescrituração nos permitirá perceber a ocorrência de uma desregularização para uma nova regularização referencial, tornando as palavras vadia e livre como sinônimas²⁴.

²⁴ Relembramos aqui nossas reflexões acerca do conceito de sinonímia, já apresentadas no capítulo 2, seção 2.1.2 Reescrituração.

Em um terceiro momento, nos detivemos a **apresentar movimentos de sentido acerca da representação social da mulher, apontada pela significação de liberdade reescrita em vadia** (nosso terceiro objetivo específico). Para isso, fizemos uma análise comparativa, de enunciações diversas e distintas de um mesmo acontecimento enunciativo, cujos excertos foram coletados na mídia digital e também transcritos de meios audiovisuais, coletados nos sites de pesquisa *Google*, *Twitter* e *YouTube*, a fim de perceber agenciamentos enunciativos em confronto (vadia como sinônimo de prostituta e vadia como sinônimo de livre), ou seja, refletimos sobre o político operando na/pela língua através do sujeito político: o sujeito enunciador que se põe nessa ou naquela posição social e estabelece o conflito de dizeres, agenciado pelo espaço, pela cena enunciativa e que se mostra enquanto enunciador individual, coletivo, genérico ou universal.

Todos os enunciados coletados e/ou produzidos para o desenvolvimento de nossa pesquisa seguiram uma metodologia de trabalho que os organizou no que Dias (2018) nomeia de redes enunciativas. Optamos por esse procedimento metodológico porque ele nos pareceu adequado aos propósitos de nossa pesquisa, principalmente pelo fato de possibilitar um olhar comparativo entre os efeitos de sentido que a palavra vadia tem instalado no cotidiano social. Isso se mostra para nós quando Dias (2018) afirma que

a constituição de uma rede enunciativa envolve a formação de contrastes entre a construção linguística em estudo e outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção dos domínios de mobilização que a enunciação sustenta. Essas construções outras, trazidas para a rede enunciativa, são construídas pelo próprio pesquisador e/ou podem também ser buscadas em usos efetivos, como no Google e nos bancos de dados que abrigam usos orais e escritos da nossa língua. (DIAS, 2018, p.35).

Por fim, apresentamos as considerações sobre o trabalho realizado, retomando os pontos discutidos, aprofundando a discussão sobre os resultados obtidos nas análises e oferecendo algumas contribuições para os estudos acerca da representação social da mulher, por meio de um olhar linguístico, de um olhar semântico-enunciativo.

4 HORIZONTES DE ANÁLISE: A PALAVRA VADIA EM ENUNCIACÃO

Neste capítulo de análise, discutiremos sobre os efeitos de sentido da palavra vadia. Para tanto, realizamos três recortes de observação: o primeiro, que nomeamos **A ancoragem referencial de ‘vadia’: um olhar para o memorável** (4.1), centra-se na reflexão sobre o referencial histórico que baliza a constituição dos efeitos de sentido da palavra vadia regularizados com valor pejorativo (vadia igual prostituta) ao longo do tempo; o segundo - **Vadia, não: livre. A reescrituação e o movimento de significar** (4.2) - volta-se para a re(significação) da palavra vadia em um referencial de liberdade e, conseqüentemente, de ruptura com a normatividade enunciativa (vadia igual livre); e o terceiro, cujo título é **Vadia ou livre? Produzindo um olhar sobre as diferenças** (4.3), aborda os embates políticos que se apresentam enunciativamente por meio dos movimentos de sentido da palavra vadia, ancorados ora na normatividade ora na afirmação de pertencimento ao todo (vadia como prostituta X vadia como livre).

4.1 A ancoragem referencial de ‘vadia’: um olhar para o memorável

Antes de iniciarmos a discussão a que nos propomos nesta seção, voltemos àquela fala do policial, em uma universidade do Canadá, que desencadeou a primeira Marcha das Vadias, a de que as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem vítimas de assédio sexual. Essa palavra – ‘vadia’ -, utilizada de forma negativa tanto por homens quanto por mulheres, é tão regularizada socialmente que, muitas vezes, não nos damos conta do escopo referencial que ela alimenta, dos memoráveis que se juntaram ao longo do tempo, movimentando efeitos de sentido que nos chegam hoje atualizados, em acontecimentos enunciativos nos quais é posta em causa. ‘Vestir-se como vadia’ é um desses enunciados. Mas, afinal, o que é vestir-se como vadia? E em quais referenciais históricos se dá a ancoragem e a constituição de ‘vadia’ como uma nomeação depreciativa da mulher?

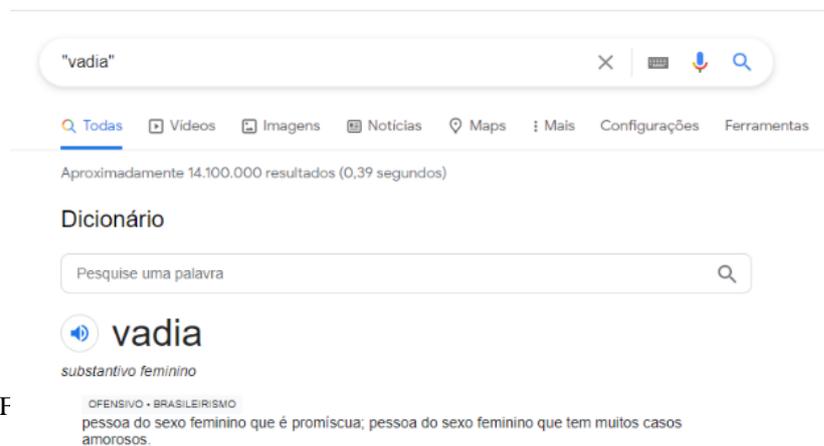
Na tentativa de responder a essa questão, analisaremos enunciados que nos possibilitem **explicitar o domínio referencial que ancora a regularização dos sentidos da palavra vadia** com valor pejorativo, primeiro objetivo específico desta pesquisa. De forma institucionalizada/regularizada, esses sentidos delimitam contornos sobre a identidade e a moralidade feminina, fixando memoráveis negativos e justificando, inúmeras vezes, o

desrespeito, a agressão verbal e física, o estupro e o feminicídio; ou seja, a violência contra as mulheres, uma das pautas da Marcha das Vadias, como vimos.

Ao fazer uma busca no site de pesquisas *Google*, com a entrada da palavra “vadia”, entre aspas, no dia 13 de março de 2021, encontramos, aproximadamente, 14.100.000 resultados. No topo da lista vinha, em destaque, um dos significados dicionarizados: “Vadia: substantivo feminino - 1. Ofensivo-brasileirismo; pessoa do sexo feminino que é promíscua; pessoa do sexo feminino que tem muitos casos amorosos.”²⁵.

(14)

Figura 12 – Print da tela de busca da palavra ‘vadia’



F

Outros seis dicionários apareciam, na data da pesquisa, na primeira página do site, significando, por meio do processo de reescrituração, a palavra ‘vadia’ de diferentes formas (devassa, amoral, vagaba, vagabunda), todas sustentadas pelo mesmo referencial: o da negatividade. Sobre esse tipo de articulação linguística, Guimarães (2007, p. 84) sustenta que a reescrituração é “o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si”. Partindo dessa definição, escolhemos, dentre as reescrituras de vadia encontradas nos dicionários, o seguinte enunciado, como ponto de partida para as nossas análises:

²⁵

Disponível

em:

https://www.google.com.br/search?sxsrf=ALeKk02PJ929yj_vw2NRwurxsxNtl9C7zg%3A1615638275227&source=hp&ei=A69MYI_lC6Kd5OUPqa66iA0&iflsig=AINFCbYAAAAAYEy9Ey-VTPe_CDR2irlBCIWv8eWD6etp&q=%22vadia%22&oq=%22vadia%22&gs_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EAM6BwgjEOoCECc6BAgjECc6BAguECc6CwgAELEDEMcbEKMCOgUILhCxAzofCAAQsQM6AgguOggIABDHARCjAjoICC4QsQMqkwI6AggAOgQILhAKOggIABDHARCvAVCFoi1Ym68tYMixLWgBcAB4AIABugGIAC0GkgEDMC43mAEAoAEBqgEHZ3dzLXdpereABCg&sclient=gwszic&ved=0ahUKEwjP8unLoa3vAhWiDrkGHSmXDtEQ4dUDCAc&uact=5. Acesso em: 13 mar. 2021.

²⁶ Idem nota 19.

(15)

Figura 13 – DicionárioFonte: Site de pesquisas *Google*²⁷

Para compreensão mais detalhada dos sentidos produzidos no enunciado (15) - “Aquela que possui modos de vida considerados amorais, embora não viva na prostituição” -, buscamos o significado de amoral²⁸ que, de forma parafraseada, se refere aos modos de vida que não levam em conta os preceitos morais, ou seja, uma pessoa amoral seria aquela moralmente neutra (nem moral, nem imoral). Dessa forma, segundo o dicionário, vadia é aquela que não se importa com as questões da moral. Uma mulher amoral, portanto.

Pensando na amplitude de sentidos que uma palavra, em movimentos de ancoragem e projeções, pode mobilizar ao se materializar, decidimos expandir esse referencial dicionarizado de ‘vadia’, a partir de memoráveis recortados da história. Embora tenhamos iniciado nossas discussões com apresentação dicionarizada da palavra, nossa ação teve apenas o intuito de demonstrar como se efetiva de forma ‘engessada’ a marca no cotidiano social de um efeito de sentido específico para o léxico de uma língua. O dicionário ainda é a fonte de consulta das pessoas aos significados e representa, portanto, no imaginário popular, uma espécie de ‘fonte’ dos sentidos. Todavia sabemos que tais sentidos, em movimento, apresentam uma dinâmica que os dicionários têm dificuldade de captar, uma vez que, em busca de um efeito de estabilidade, esse gênero de texto desconsidera o enredamento que as significações das palavras adquirem sócio-historicamente.

Passemos, portanto, a tentar oferecer um olhar enunciativo - ou seja, um olhar situado em ocorrências históricas e sociais - para os efeitos de sentido que são produzidos pela palavra

²⁷ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vadia/> Acesso em: 05 mar. 2021.

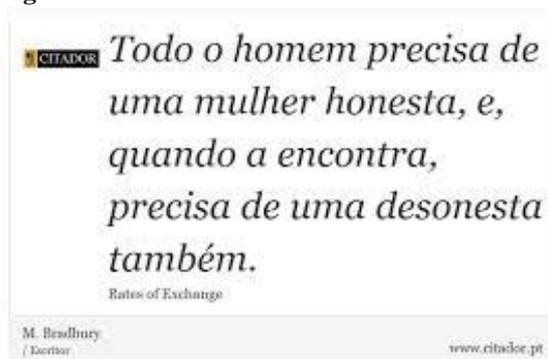
²⁸ Disponível em: https://www.google.com/search?rlz=1C1GCEA_enBR888BR888&ei=Rf9LYIy6Lva_5OUP0qeKkAg&q=amoral&gs_lcp=Cgdn3Mtd216EAEYADIMCAAQsQMQQxBGEPkBA Acesso em: 05 mar. 2021.

‘vadia’, a partir de uma perspectiva referencial ancorada em enunciações negativas sobre a mulher.

Recorremos, assim, a uma parte do nosso embasamento teórico sobre a história da mulher: a cidade de São Paulo dos anos entre 1890 e 1930. Acreditamos que, por meio de um contraste entre a nomeação ‘vadia’ e o seu oposto, a ‘esposa ideal’, teremos uma base fértil de sentidos para além daqueles já regularizados pelos dicionários. Como já dito, nesse período os estereótipos e clichês sobre as mulheres prostituta e vadia emergiam com mais vigor, em reação ao deslocamento da mulher que, ao sair do espaço privado para o espaço público, ameaça os lugares simbólicos estruturais, reforçando o que já marcava o imaginário do povo brasileiro, ou seja, que existiam duas categorias de mulheres: as ‘honestas’ e as ‘desonestas’, ‘tipos’ de mulheres que não podiam ser confundidos, tampouco podiam se misturar. Assim, retomando Rago (1991, p. 40), “por mais independente que fosse a ‘mulher honesta’, sua liberdade estaria sempre limitada no plano simbólico pela presença da meretriz”. Dessa forma, a prostituta é construída como “um contraideal necessário para atuar como limite à liberdade feminina”, o que “facilitava a internalização do modelo ideal da boa dona de casa, por oposição” (RAGO, 1991, p. 40). Como o discurso masculino construiu a moralidade pública acerca da conduta feminina, o homem dizia a mulher, significava-a, na tentativa de domá-la, impondo códigos morais que condiziam com o seu desejo. Em vista disso, era comum que homens possuíssem duas mulheres, uma em casa, outra na rua, o que originou enunciados e memoráveis que ainda dão sustentação para dizeres que reafirmam esse pensamento, como no exemplo a seguir:

(16)

Figura 14 – Citador - frases



Fonte: Site de pesquisas *Google*.²⁹

²⁹ Disponível em: <https://www.citador.pt/frases/todo-o-homem-precisa-de-uma-mulher-honesta-e-qu-m-bradbury-8462> Acesso em: 05 mar. 2021.

O enunciado (16) - “Todo o homem precisa de uma mulher honesta, e, quando a encontra, precisa de uma desonesta também” - mostra a separação da mulher em duas categorias contrárias, discutidas por Rago (1991): a esposa ideal (honestas) e a meretriz (desonesta). Essa oposição se encontra tão fortemente regularizada, que poderíamos reescrever as palavras “honestas” e “desonesta” do enunciado (16) da seguinte maneira:

(16a) Todo o homem precisa de uma mulher *dedicada ao lar, à família e aos afazeres domésticos*, e, quando a encontra, precisa de uma *que lhe ofereça (venda) sexo sem compromisso*.

A reescritura feita só foi possível devido a memoráveis fundamentados na oposição entre os referenciais de um modelo ideal de mulher, para o compromisso, e o seu contraideal, para os prazeres fora da casa. A fim de corroborar a reescritura do enunciado (16), vejamos dois ditos populares:

(17) “Dama em casa, puta na rua.”³⁰

Percebemos que (17) – “Dama em casa, puta na rua” - se constitui pela mesma dicotomia que (16) – “Todo o homem precisa de uma mulher honesta, e, quando a encontra, precisa de uma desonesta também” - a partir do princípio de que a mulher honesta sabe se portar de acordo com as regras e conveniências sociais, e a mulher desonesta, seu contrário, por sua vez, “é a mulher fácil, que se entrega a uns e outros, por interesse ou mera depravação.”³¹. Assim, ao delimitarmos os sentidos de uma, estamos delimitamos também os sentidos da outra.

Vejamos o segundo dito popular, que produz efeitos de sentidos bastante próximos ao primeiro, e que compartilha do mesmo memorável, inscrevendo-se, portanto, no mesmo referencial histórico:

(18) “Tem mulher que é pra casar e tem mulher que é pra cama.”³²

³⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/ManualDoSexus/posts/680571098736678/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

³¹ <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/383866201/mulher-honesta-conheca-a-origem-da-expressao>. Acesso em: 05 mar. 2021.

³² Disponível em: <https://ptdocz.com/doc/243163/ler-este-caderno>. Acesso em: 05 mar. 2021.

Em (18), a oposição também é marcada. Existe um tipo de mulher valorizada para o compromisso do casamento: a mulher honesta, dona de casa, recatada, uma dama. E existe um tipo de mulher para o sexo: a mulher desonesta, não recatada, não do lar, uma vadia. Tal contraste situa tanto uma quanto outra no espaço que lhes é delimitado com relação à sexualidade, pois à mulher do lar não é permitido o exercício do desejo, justamente para não ser confundida com a prostituta/vadia. Isso pode ser notado nas próximas ocorrências que passamos a apresentar.

- (19) Tá **rodada**, tá rodada e ainda paga de gatinha³³
 Você **já perdeu a linha**, não existe solução
 Tá rodada, tá pisada e **ainda vem se oferecer**
 Outra vez tem que nascer pra conquistar meu coração.

O exemplo (19) é uma das estrofes da canção “Tá rodada”, do sertanejo Loubet. A palavra “rodada”, em destaque no primeiro verso, refere-se aqui a uma comparação da mulher com a quilometragem do carro, ou seja, com a quantidade de quilômetros rodados. Corresponde em nossa análise a uma ‘coisificação da mulher’, que equivale a um objeto de desejo do homem. Assim, uma mulher ‘rodada’ seria aquela que, usando uma enunciação feita por um alocutor-masculinista, ‘já passou na mão de vários homens’. Comparações desse tipo são realizadas em vários espaços enunciativos. A mulher ‘rodada’, segundo esse referencial, é aquela que já teve vários parceiros sexuais, o que não condiz com a expectativa social do casamento. Em comparação com a mulher ‘honesta’, que se porta socialmente de forma recatada, contida e ‘anda na linha’. O enunciado do segundo verso, “você já perdeu a linha”, se refere, portanto, a uma mulher não recatada e não contida - fora dos limites impostos, uma vez que ‘andar na linha’ faz referência, possivelmente, a não desviar do caminho. Qual caminho? Aquele estipulado socialmente, em grande medida pelos próprios homens. No último enunciado do terceiro verso – “ainda vem se oferecer”, o alocutor-cantor desqualifica a mulher ao finalizar a estrofe dizendo: “Outra vez tem que nascer pra conquistar meu coração.”

Para reafirmar essa regularização dos sentidos de ‘vadia’, reescriturados em (19), fixados por meio de dizeres que circulam socialmente, trouxemos a seguinte ocorrência:

³³ <http://www.justificando.com/2015/08/21/da-mulher-honesta-a-mulher-rodada-eu-vejo-o-futuro-repetir-o-passado/> Acesso em 05 mar. 2021.

(20)

Figura 15 – Página do Facebook – “Eu não mereço uma mulher rodada”

Fonte: Site de pesquisas *Google*³⁴

O enunciado (20) - “Não adianta ser homem moda antiga com vadias modernas” rodadas...” - se sustenta no ponto de vista masculino de querer uma mulher à moda antiga, e corrobora a ideia de que uma grande parcela de homens deseja a mulher ‘honesta’, aquela que pode ser apresentada aos familiares e amigos, aquela para casar. O que não necessariamente o impediria de ter o seu contraideal: a mulher ‘vadia, moderna e rodada’, cujo referencial sustenta a desqualificação daquela que exerce a sexualidade de forma livre, ou por profissão. Basta fazermos uma leitura, em rede, do que é enunciado aqui, em (20) e do que está efetivado em (16) – “Todo homem precisa de uma mulher honesta e, quando a encontra, precisa de uma desonesta também.” Embora não seja nosso foco trabalhar com imagens, a força expressiva da figura presente em (20) nos chama a atenção e vale um desvio do nosso trabalho para uma reflexão: a figura apresenta uma silhueta de homem, que não possibilita identificação; esse homem, entretanto, tem uma flor em uma das mãos, cujo memorável nos leva aos dizeres de cortejo às ‘moças direitas’, àquelas ‘não vadias’; e o que parece ser uma vara na outra mão, que aciona um memorável que nos conduz ao instrumento e à prática de domar animais, ou seja, à dominação, própria da agressividade que circunda o ato sexual considerado adequado ao homem viril. Por essa via, poderíamos ousar questionar se seria a mulher ‘vadia’ tão interessante quanto à ‘honesta’, então? Seria a mulher ‘vadia’ um ‘mal’ necessário à sociedade, então?

A página do *Facebook* da qual coletamos o enunciado (20) tem como título o seguinte dizer, como já apresentado no título da Figura (15):

³⁴ <https://www.facebook.com/Eu-n%C3%A3o-mere%C3%A7o-mulher-rodada-20-1672519856302098/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

(21) Eu não mereço uma mulher rodada.

É legítimo dizer que essa página, criada na rede social *Facebook*, se refere a um espaço de configuração pública cuja proposta é a de manter atuais os referenciais que ancoram a divisão da mulher em duas categorias, como já explicitado: a ‘honesta’ e a ‘desonesta’, acompanhadas de todas as perspectivas produzidas para cada uma delas. Essa afirmação é possível devido aos conteúdos publicados na página, tanto verbais quanto imagéticos, e ao próprio título, que já ressalta qual é o espaço e as cenas enunciativas ali delimitados. O enunciado (21) - “Eu não mereço uma mulher rodada” - mobiliza a figura de um alocutor-masculinista, reconhecida pela constituição do dizer que, claramente, estabelece uma hierarquia entre os sexos: o homem, o superior, o que escolhe, o que diz “eu não mereço”; a mulher, a inferior, a que é julgada e condenada pela sua sexualidade livre. O enunciador, em questão, é um enunciador-individual, reconhecido pelo uso do pronome pessoal “eu”, mas que, ao abrir espaço para a publicação de vários outros “eus”, legitima a coletivização dos efeitos de sentido de desqualificação da mulher, ao convocar para a cena instalada enunciadores-coletivos.

Diante das análises dos enunciados (16), (17), (18), (19), (20) e (21) cujos efeitos de sentido polarizam a mulher, dividindo-a em ideal e contraideal, podemos iniciar a construção do escopo referencial que ancora a significação regularizada da palavra ‘vadia’, por meio da seguinte rede enunciativa:

Quadro 1 - Rede enunciativa 1: reescritura de vadia com valoração negativa

Nome	Domínio referencial
Vadia	é uma mulher desonesta
	não é para o casamento
	é para sexo sem compromisso
	é uma mulher rodada, que já teve vários parceiros sexuais
	é aquela de comportamento sexual reprovável

Fonte: Elaborado pela autora.

Os referenciais históricos que prendem a mulher a conceitos e nomeações masculinos de moralidade (também atualizados por alocutores/as femininos/as, a depender do espaço enunciativo no qual se encontram), nos possibilitam examinar, de maneira ainda mais aprofundada do que apresentamos na primeira rede enunciativa, os efeitos de sentido que as

enunciações de ‘vadia’ trazem. Com isso, como já pontuado, esperamos expandir os limites da significação dicionarizada dessa palavra. Vejamos os próximos exemplos que destacamos em nosso *corpus*.

(22)

Figura 16 – Site Diário por escrever

Menina que usa batom vermelho é puta

29.08.2015

Hoje venho falar de algo um pouco mais sério, nas redes sociais, facebook, twitter, até no tumblr, tenho vindo a observar vários posts do género:

- " Menina que usa batom vermelho é puta" ✘
- " Se usas batom vermelho és puta, se usas batom rosa és perfeita" ✘
-



oficialov3
@oficialov3

sou puta e nem sabia



Fonte: Site de pesquisas *Google*³⁵

Esse conteúdo faz parte de um texto do género diário cujo título é: “Menina que usa batom vermelho é puta”. A cor vermelha é carregada de forte simbologia (é a cor do sangue - passagem de menina para mulher, da paixão, da violência) e representa socialmente a falta de moralidade feminina. Muitas mães proíbem suas filhas de usar essa cor nas roupas, no batom, no esmalte. Ou seja, os referenciais históricos que dividem a mulher (a ideal e a contraideal) circulam, se movem, atualizam-se e estão sempre projetando novos dizeres, em constante conflito. O segundo ponto marcado no diário diz: “Se usas batom vermelho, és puta, se usas batom rosa, és perfeita”. Percebemos que há sempre um limite de atuação para a mulher, um ‘isso pode’ e um ‘isso não pode’, que tolhe as suas escolhas, como nessa narrativa do mesmo diário, sobre objetos proibidos às meninas ‘direitas’ e às mulheres ‘honestas’:

³⁵ <https://mcf fontes.wixsite.com/diarioporescrever/single-post/2015/08/29/Menina-que-usa-batom-vermelho-%C3%A9-puta>. Acesso em: 05 mar. 2021.

(23)³⁶

Vou contar-vos uma pequena história, eu quando andava no 7º ano, comprei umas luvas rendadas, eu adorava aquelas luvas, e um dia levei-as vestidas para a escola, os comentários eram terríveis " pareces uma puta com essas luvas" ou " isso fica-te mal", na altura eu deixei de usar as luvas, ficaram guardadas escondidas do mundo. Agora ? Simplesmente não me importo, agora tenho amigos que me aceitam como sou. ✅
 Não mudem por ninguém.

Os dois discursos diretos presentes nos enunciados em (23) – “pareces uma puta com essas luvas” e “isso fica-te mal” - são de julgamento de valor negativo ao acessório usado pela menina estudante: uma luva rendada. Isso mostra que os xingamentos, os rótulos e a limitação da subjetividade e do desejo femininos começam nos primeiros anos de formação, diríamos até, nos primeiros anos de vida. Acontecimentos enunciativos como esse, a partir dos movimentos de ancoragem, atualização e projeção, constituirão, em rede com outros enunciados, sustentação para novos sentidos negativos, assim como para novos dizeres que os tensionem, dividindo, assim, o espaço enunciativo.

Na mesma direção do que analisamos no exemplo (23), trazemos outro enunciado, coletado na Página “Eu não mereço uma mulher rodada”, do *Facebook*, sobre a qual já falamos anteriormente.

(24)

Figura 17 – Página do Facebook - Eu não mereço uma mulher rodada



Fonte: Site de pesquisas *Google*³⁷

³⁶Disponível em: <https://mcf fontes.wixsite.com/diarioporescrever/single-post/2015/08/29/Menina-que-usa-batom-vermelho-%C3%A9-puta>. Acesso em: 05 mar. 2021.

³⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/Eu-n%C3%A3o-mere%C3%A7o-mulher-rodada-20-1672519856302098> Acesso em: 05 mar. 2021.

O enunciado (24) – “Se veste como prostituta, mas exige ser tratada como uma dama” - apresenta, mais uma vez, um ponto de vista que orienta enunciativamente para a existência de dois tipos distintos de mulher. Da mesma forma que nos enunciados anteriores (22) e (23), a maneira como a mulher se veste, se porta, se expressa, ou seja, a maneira como se apresenta, já ‘denuncia’ a qual tipo ela pertence. Dessa forma, aquela que usa roupas curtas e mostra o corpo é nomeada como prostituta/vadia, já que, citando uma frase retirada da mesma página, presente no imaginário de muitos homens e mulheres, “Roupas foram feitas para ocultar, e não para descobrir e revelar.” Concluimos, com isso, que a honesta oculta e a vadia revela. Vale ressaltar que, embora o nome ‘vadia’ não apareça de forma explícita nos enunciados (22) a (24), estamos considerando, também, para fins de análise da palavra ‘vadia’, termos como ‘puta’ e ‘prostituta’, uma vez que já demonstramos a aproximação entre os efeitos de sentido de tais palavras em nosso capítulo teórico sobre a mulher, especificamente na seção 1.2 deste capítulo – Bruxas, prostitutas, vadias: as mulheres desviantes/transgressoras.

A partir dos enunciados (22), (23) e (24) produzimos novos efeitos para o que seria parte da constituição de sentido de ‘vadia’:

Quadro 2 - Rede enunciativa 2: reescritura de vadia com valoração negativa

Nome	Domínio referencial
Vadia	usa batom vermelho
	usa acessórios rendados
	usa roupas curtas e revela o corpo

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando os enunciados do quadro, podemos dizer que a vadia é a mulher que se apresenta de forma ‘chamativa’, ‘indevida’. Seja na forma de vestir, falar, ou se portar. Aqui percebemos que ser vadia assume o contorno de ter vaidade. Ou seja, não se trata mais de ser honesta ou desonesta apenas e, sim, de cuidar ou não de si a partir do que julga belo e adequado, a partir do que a valoriza como mulher. Para não ser vadia, não basta, portanto, dar conta da casa e de seu marido e ser recata sexualmente; é preciso, também, não se fazer notar.

Além dos exemplos que já analisamos aqui, em nossas buscas por enunciados que significassem vadia, encontramos uma plataforma chamada “Comum”³⁸, que se identifica como um espaço de educação e desenvolvimento humano para mulheres, a partir de uma perspectiva

³⁸ Disponível em: <http://www.comum.vc/conteudo-aberto/2016/11/29/a-proxima-vadia-e-voce>. Acesso em: 20 mar. 2021.

de gênero e diversidade. Nesse espaço, há um texto trazendo várias significações sobre o que é ser uma mulher vadia, do qual retiramos o seguinte fragmento:

(25)³⁹ A próxima “vadia” é você!

Se ele queria fazer sexo e você disse não, é uma vadia moralista.

Se você queria fazer sexo e ele também, você é uma vadia rodada.

Se ele quer ter um relacionamento com você e você não quer nada com ele, é uma vadia que se acha melhor que os outros.

Se você quer ter um relacionamento com ele e ele não, você é uma vadia interesseira.

Se ele disse “eu te amo” e você não respondeu porque não sente o mesmo, é uma vadia que não se importa com o sentimento dos outros.

Se você disse “eu te amo” mesmo sem ter um relacionamento, é uma vadia querendo se fazer de sentimental.

E quando você for chamada de vadia, isso só mostra que você colocou suas vontades e desejos em primeiro lugar.

Esse texto explicita, a partir de um alocutor(a)-feminino/feminista, visto a plataforma na qual se encontra, o que é ser vadia para a maioria dos homens. Rago (1991) afirma que a sexualidade feminina assusta os homens. Assim, quando se veem frente aos desejos e limites ditos por uma mulher, muitos deles se voltam para as imposições, as normas do convívio social, a moralidade, criadas por eles mesmos. As duas figuras de mulheres, produzidas a partir da hierarquia entre os sexos – a ideal e a contraideal -, não se unem facilmente no discurso masculino, devido aos sólidos referenciais históricos dessa divisão, e às enunciações masculinistas que os sustentam.

O título, parte do enunciado (25) “A próxima ‘vadia’ é você!”, condensa bem uma situação vivida por inúmeras mulheres: a de serem chamadas de vadias, não importa qual decisão seja tomada. ‘Ser mulher’, portanto, já se oferece como potencial para significar ‘ser vadia’. Para isso acontecer, basta que não haja um enquadramento e uma aceitação de enunciações masculinistas pertinentes na sociedade. Pensamos que o enunciado descrito, a seguir, na rede enunciativa (3), apresenta potencial encapsulador dos demais enunciados que construíram as redes apresentadas nesta seção.

Quadro 3 - Rede enunciativa 3: reescritura de vadia com valorização negativa

Nome	Domínio referencial
Vadia	É a mulher que exerce suas vontades e seus desejos em primeiro lugar.

Fonte: Elaborado pela autora.

³⁹ Disponível em: <http://www.comum.vc/conteudo-aberto/2016/11/29/a-proxima-vadia-e-voce>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Com efeito, nossa rede enunciativa final poderia ser construída, de acordo com o *corpus* que analisamos, da seguinte maneira:

Quadro 4 - Rede enunciativa 4: reescritura de vadia com valoração negativa

Nome	Domínio referencial
Vadia	é uma mulher desonesta
	não é para o casamento
	é para sexo sem compromisso
	é uma mulher rodada, que já teve vários parceiros sexuais
	é aquela de comportamento sexual reprovável
	usa batom vermelho
	usa acessórios rendados
	usa roupas curtas e revela o corpo
	É a mulher que exerce suas vontades e seus desejos em primeiro lugar.

Fonte: Elaborado pela autora.

Após ampliar as significações da palavra vadia para além dos sentidos dicionarizados, por meio de um processo de análise, faremos, agora, um movimento inverso, o de síntese. Assim, a partir das redes enunciativas produzidas, julgamos que é possível significar a mulher vadia, pela perspectiva da regularização de sentido que ainda a circunda, investida dos domínios referenciais que a ancoram, da seguinte forma:

Vadia é toda mulher que não corresponde às expectativas do discurso masculinista.

Ao iniciarmos as análises com o enunciado (15) - “Aquela que possui modos de vida considerados amorais, embora não viva na prostituição” e finalizarmos com a síntese das redes enunciativas criadas, que significa a mulher vadia como ‘toda mulher que não corresponde às expectativas do discurso masculinista’, percebemos um grande salto na movimentação dos efeitos de sentidos, os quais, olhados em sua superfície, apenas por meio do sentido dicionarizado, ocultam referenciais fundamentais das bases da opressão da mulher.

Feitas as reflexões sobre os efeitos de sentido da palavra vadia com valoração negativa (vadia como correspondência para o termo prostituta), partimos agora para as análises de

enunciados com a palavra vadia a partir de domínios referenciais que a perspectivam positivamente.

4.2 Vadia, não: livre. A reescrituação e o movimento de significar

Faremos agora a análise da **reescritura da palavra vadia por livre**, segundo objetivo específico desta pesquisa, a fim de percebermos a construção de sentidos outros que, ao serem presentificados em um domínio referencial oposto ao institucionalizado/regularizado, como já discutido em seção anterior, (des)regularizam e tencionam o cotidiano social, estabelecendo divisões enunciativas na constituição do dizer. Ao reescrever vadia por livre, em oposição a um referencial negativo (correspondente ao da prostituta), a língua se movimenta, (re)delimitando contornos e fazendo ouvir o que antes se encontrava silenciado: a voz de uma parcela da sociedade que subverte o *status quo*.

Para dar início à análise, tomemos o seguinte enunciado:

(26)

Figura 18 – Marcha das Vadias 2012



Fonte: Imagem obtida a partir do site de pesquisas *Google*⁴⁰

O enunciado (26),

(26) Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias!

⁴⁰ Disponível em: <https://marchadasvadiasbr.wordpress.com/calendario/> Acesso em: 06 abr. 2019.

pertence ao cartaz de divulgação da 2ª edição do evento e foi retirado do calendário das marchas no Brasil, disponível no site do movimento “A Marcha Nacional das Vadias”.

Esse enunciado já havia sido observado em 2011, quando da primeira edição da marcha, e viria a acompanhar todas as demais edições, como uma *palavra de ordem*⁴¹, conforme pode ser percebido na Figura 19:

(27)

Figura 19 - Marcha das Vadias 2011



Fonte: Imagem obtida a partir do site de pesquisas *Google*⁴²

Observa-se, no enunciado (26) “Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias” e no enunciado (27) “Se ser vadia é ser livre, então somos todas vadias”, uma troca de posição entre os termos livre e vadia das duas primeiras orações, “Se ser livre” e “é ser vadia”. Porém, os efeitos de sentido que essas trocas produzem, articuladas à terceira oração, “então somos todas vadias”, estão engendrados de tal maneira que, ao serem intercambiadas, a perspectivação permanece a mesma, não importa quem predique quem. Não há uma troca de sentidos que acompanhe a troca dos termos das orações. Percebemos, com isso, que o movimento operado na textualidade reforça enunciativamente a (re)significação da palavra vadia no referencial da liberdade.

Temos nesses acontecimentos um movimento de ruptura com os dizeres normatizados sobre a mulher vadia, que a predicam em uma relação de reescrituração por sinonímia como mulher prostituta. Ao reescrever a palavra vadia como livre, sustentado em um referencial histórico de lutas femininas pela igualdade de gênero, os enunciados (26) e (27) se colocam em oposição ao termo prostituta. Assim presentificados, a partir de uma ancoragem no passado,

⁴¹ Segundo o Dicio, Dicionário Online de Português: “expressão utilizada em protestos ou manifestações, normalmente replicada em cartazes e discursos, com o objetivo de marcar uma posição, reivindicar alguma mudança e/ou incitar os ânimos do grupo.” Disponível em: <https://www.dicio.com.br/palavra-de-ordem/> Acesso em: 05 mai. 2020.

⁴² Disponível em: <http://xapiscosta.blogspot.com/2011/07/se-ser-vadia-e-ser-livre-entao-somos.html> Acesso em: 06 abr. 2019.

esses acontecimentos ganham pertinência enunciativa e passam, de acordo com tese que estamos defendendo, a configurar-se como nova base referencial para novas enunciações em que vadia passa a ser substituída por livre. Vale ressaltar que não trazemos os enunciados presentes em (26) e (27) como os representantes primeiros, como as origens dessa (re)significação. Trata-se apenas de ocorrências que, em meio às enunciações que têm sido produzidas sobre a liberdade feminina, foram eleitas por nós para iniciar a rede enunciativa que iremos desenvolver, na tentativa de demonstrar o processo de reescrituração aqui descrito.

Passemos a ilustrar o que estamos afirmando, a partir da observação de outros enunciados, presentes tanto em distintas edições do evento, quanto em textos diversos que circulam nas mídias impressa e eletrônica.

Vejamos o que ocorre em (28)

(28)

Figura 20 – Marcha das Vadias 2014



Fonte: Imagem obtida a partir do site de pesquisas *Google*⁴³

Em (28), o processo de reescrituração por sinonímia que estamos postulando em relação às palavras ‘vadia’ e ‘livre’ é demonstrado, em nossa análise, de forma bastante consistente. Afinal, ao destacar as duas palavras e interseccioná-las com a mesma definição, por meio do sinal de igualdade, é realizado um investimento enunciativo de oferecer à vadia um efeito de sentido correspondente àquele produzido em livre. Observando o enunciado (28), temos que ele se inicia com a palavra ‘vadia’, cujo referencial histórico é o da prostituta e termina com a palavra ‘livre’, situada em um novo referencial, o da liberdade. É justamente o memorável de enunciações passadas, em movimento fluido e dinâmico que liga os dois referenciais opostos e traz pertinência para esse dizer.

⁴³ <https://www.clickpb.com.br/paraiba/marcha-das-vadias-protesta-contr-a-violencia-e-a-favor-do-aborto-legal-em-jp-176140.html>. Acesso em 10 jun.2020.

Tal efeito situa tanto uma quanto outra palavra no referencial do exercício do desejo. Isso pode ser comprovado pela presença do verbo querer em

(28a) VADIA = mulher que faz o que quer = LIVRE

Dessa forma

Quadro 5 – Rede enunciativa 5: reescritura de vadia por livre

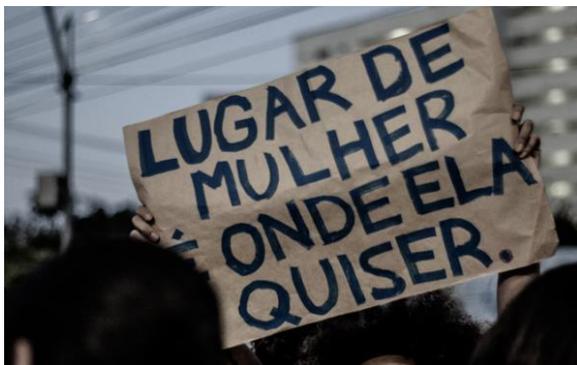
Domínio referencial	Enunciado descritivo	Palavra encapsuladora
Exercício do desejo	(28) Fazer o que se quer	livre/vadia

Fonte: Elaborado pela autora.

Com efeito, tal domínio referencial (do exercício do desejo) sustenta diversas outras enunciações acerca da condição feminina no cotidiano social, tal como ilustram os exemplos que seguem.

(29)

Figura 21 – Marcha das Vadias 2015



Fonte: Imagem obtida a partir do site de pesquisas *Google*⁴⁴

O enunciado que constitui o cartaz⁴⁵ exposto na figura (29) - “Lugar de mulher é onde ela quiser” -, a exemplo do que expusemos em (28), torna pertinente o dizer sobre a valorização do querer feminino, não do querer fazer, mas, agora, do querer estar. Assim, conforme a relação que descrevemos anteriormente entre esse querer e a ideia de liberdade e a de vadiagem, poderíamos ampliar a rede enunciativa da seguinte forma:

⁴⁴ <https://lisacristine.myportfolio.com/marcha-das-vadias-2015-1>. Acesso em: 10 jun.2020.

⁴⁵ O cartaz foi fotografado por Lisa Cristine durante a quinta edição da Marcha das Vadias do Recife, em 2015, como um trabalho documental do movimento.

Quadro 6 – Rede enunciativa 6: reescritura de vadia por livre

Domínio referencial	Enunciado descritivo	Palavra encapsuladora
Exercício do desejo	(28) Fazer o que se quer	livre/vadia
	(29) Estar onde se quer	

Fonte: Elaborado pela autora.

Para oferecer um olhar mais abrangente sobre o processo de determinação de sentido que a palavra livre oferece à palavra vadia, passemos a observar enunciados que se mantêm no mesmo escopo referencial que estamos analisando, mas são produzidos em outras cenas enunciativas. Para tanto, vejamos o que ocorre no exemplo (30):

(30)

Figura 22 – Publicação em artigo

Fonte: Souza (2017, p. 16).⁴⁶

Essa imagem, que circula em postagens do *Facebook*, faz menção ao acontecimento enunciativo ocorrido em 2016, acerca de Marcela Temer, mulher do então vice-presidente Michel Temer, que, em uma reportagem publicada na Revista *Veja*, foi adjetivada como “Bela, recatada e do lar.”⁴⁷ Nesse enunciado nos chama atenção novamente o sentido de liberdade, ancorado no referencial do desejo (“só se você quiser”), que se agrega à figura da mulher. Assim, é possível que ela seja o que quiser ser, o que inclui ser do lar, ser bela, ser recatada. Nossa questão aqui é a seguinte: uma mulher que decidir ser o contrário disso, ou seja, não ser bela, não ser recatada e não ser do lar, em função do seu desejo, seria uma mulher vadia? Na perspectiva de sinonímia que trazemos entre essas duas palavras (livre e vadia), a resposta a essa pergunta é sim. A fim de reafirmar a tese que defendemos, analisemos o exemplo (31):

⁴⁶ Essa imagem foi retirada da seguinte publicação: SOUZA, M. I. “Bela, recatada e do lar”: os desdobramentos midiáticos de uma pequena frase. *Veredas Atemáticas*. Juiz de Fora, Minas Gerais. v.21, n.2, 2017, p. 16. Disponível em: http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2018/04/Artigo_3_Veredas20172.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁴⁷ Reportagem da Revista *Veja*, disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/> Acesso em: 2 jun. 2020.

(31)

Figura 23 – Reportagem do WebSite (Em)foco

Fonte: Imagem obtida a partir do site de pesquisas *Google*⁴⁸

O enunciado que abre a reportagem, logo após o título, mais uma vez ilustra a reescritura de vadia por livre. Expliquemos melhor: embora não haja a materialização lexical da palavra livre no texto, o efeito de sentido produzido em

(31a) ...extrapolar na dose pode te render ser chamada de vadia.

poderíamos dizer que é o mesmo que em

(32) ser pouco recatada é ser vadia

Ou ainda

(33) ser pouco do lar é ser vadia

Assim, há uma limitação para o ‘querer ser’ da mulher, a fim de que ela não seja considerada vadia. Isso nos leva a dizer que também em

(30), “#Bela, recatada e do lar, só se você quiser”

e

⁴⁸ <https://emfocoweb.wordpress.com/2016/05/09/bela-recatada-e-do-lar-uma-reflexao-sobre-a-desconstrucao-nossa-de-cada-dia/> Acesso em: 2 jun. 2020.

(31), “Bela, recatada e do lar: uma reflexão sobre a desconstrução nossa de cada dia. Veja bem: ninguém quer ser obrigada a ser recatada, mas extrapolar na dose pode te render ser chamada de vadia.”

ser livre é ser vadia.

Nessa direção temos

Quadro 7 – Rede enunciativa 7: reescritura de vadia por livre

Domínio referencial	Enunciado descritivo	Palavra encapsuladora
Exercício do desejo	(28) Fazer o que se quer	livre/vadia
	(29) Estar onde se quer	
	(30)-(31) Ser o que se quer	

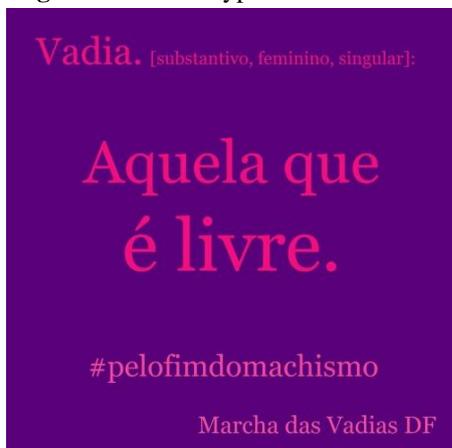
Fonte: Elaborado pela autora.

Percebemos, então, que quando a ideia de liberdade feminina se ancora no referencial do exercício do desejo, as palavras ‘livre’ e ‘vadia’ podem assumir o valor semântico que lhes oferece o *status* de sinônimas.

Esse referencial, marcado materialmente por inúmeros acontecimentos enunciativos, é trazido em um cartaz da marcha como gênero textual ‘verbete de dicionário’, no qual a mesma estrutura do dicionário é utilizada: a entrada da palavra, seguida pelas categorias gramaticais a que ela pertence (classe, gênero e flexão), conforme os enunciados (14) e (15):

(34)

Figura 24 – Site Myportfólio de Lisa Cristina



Fonte: Imagem obtida a partir do site de pesquisas *Google*⁴⁹

⁴⁹ <https://lisacristine.myportfolio.com/marcha-das-vadias-2015-1>. Acesso em: 10 jun.2020,

Conforme já dissemos na primeira seção de análise, com uma representação simbólica forte, o dicionário é considerado uma marca de regularização de discursos. O enunciado

(34), “Vadia. [substantivo, feminino, singular]: aquela que é livre”,

portanto, ao ser materializado em um suporte (cartaz) que se apropria do gênero verbete de dicionário, é uma tentativa de regularizar, simbolicamente, o significado da palavra vadia. Mas não apenas isso. Fixa, também, a vogal temática (vadi-a), o que não ocorre no dicionário em seu formato canônico, em relação às palavras da Língua Portuguesa. Assim, o enunciado (34) propõe uma nova entrada no dicionário e não apenas uma marcação de desinência de gênero, destacando, com isso, o lugar da mulher. A efetivação desse acontecimento enunciativo vem, então, instalar a ideia de igualdade de gêneros. Além disso, pode ser observada a ampliação da produção de efeitos de sentido acerca do termo ‘singular’ para além do contrário de plural, já que ‘singular’ representa, também, a marca da singularidade. Embora se trate da simulação de um gênero textual, entendemos que corresponde à reafirmação da tese em que nos apoiamos: de que é pela dinâmica enunciativa que a significação se manifesta. Dessa forma, entendemos que (34) representa um investimento enunciativo de proposição de sinonímia entre esses dois termos. Investimento esse que vimos defendendo até aqui, por meio das redes enunciativas por nós construídas, em observação aos enunciados que circulam em nosso cotidiano social.

4.3 Vadia ou livre? Produzindo um olhar sobre as diferenças

Na seção 4.1, buscamos o referencial histórico que nos possibilitou explicitar o referencial histórico da palavra vadia, cujo sentido foi/é ancoragem para a regularização pejorativa do termo, combatido pelas Marchas das Vadias. Na seção 4.2, analisamos o processo de reescrituração da palavra vadia constituindo um novo referencial; deslocando-se do referencial da prostituição e se estabelecendo no referencial da liberdade. Apresentaremos, agora, os embates políticos que se apresentam enunciativamente por meio dos movimentos de sentido da palavra vadia, ancorados ora na normatividade ora na afirmação de pertencimento ao todo (vadia como prostituta *versus* vadia como livre).

Para isso, faremos uma análise comparativa, a partir das redes enunciativas construídas nas seções 4.1 e 4.2 (vadia usada com o efeito de sentido negativo e vadia usada com o efeito de sentido positivo), para mostrar o confronto dos dois agenciamentos enunciativos, ou seja,

analisaremos o político operando na/pela língua através do sujeito político: o sujeito enunciador que fala dessa ou daquela posição social e estabelece o conflito de dizeres, agenciado pelo espaço, em uma cena enunciativa e que se mostra enquanto enunciador individual, coletivo, genérico.

Optamos por dizeres que se relacionam com as redes enunciativas criadas nas seções anteriores, buscando revelar os confrontos de sentidos produzidos pela palavra vã, sem, no entanto, focarmos em apenas uma rede específica para cada análise, já que elas atuam em constante interface.

Sabemos que o que afeta e divide o social afeta e divide também a língua, uma vez que são instâncias indissociáveis. Assim, ao falarmos sobre a divisão do sensível na linguagem é necessário pensarmos na seguinte questão: quais são aqueles que dominam os dizeres nessa divisão? Quais acontecimentos enunciativos são institucionalizados/regularizados e quais são silenciados?

Com essa pergunta em mente, iniciaremos a discussão sobre o político operando na língua, a partir da análise de enunciados produzidos em torno do processo criminal do empresário André de Camargo Aranha, no qual ele foi acusado de estupro de vulnerável contra a modelo e influenciadora digital catarinense Mariana Ferrer, em uma boate em Florianópolis – SC. Pesquisamos vários sites⁵⁰ que noticiaram o caso, no qual Mariana Ferrer diz ter sido ‘dopada’ durante uma festa em 2018 e estuprada por André Aranha. O juiz do caso absolveu o réu, aceitando o argumento de que não havia provas suficientes da materialidade do delito. No dia 03 de novembro de 2020, o jornal *The Intercept Brasil* publicou uma reportagem com a manchete “Caso de Mariana Ferrer e o inédito ‘estupro culposo’”. O uso dessa formação nominal rendeu ao *Intercept* um processo e uma ordem judicial para que a reportagem fosse editada. O jornal se pronunciou dizendo que a expressão “estupro culposo” “foi usada entre aspas, em sentido figurado, como rege qualquer dicionário da língua portuguesa, para mostrar que estávamos diante de uma ideia criada a partir da tese do promotor- e não pelo promotor”.⁵¹

⁵⁰ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/direitos-humanos/caso-mariana-ferrer-autora-de-reportagem-sobre-estupro-culposo-e-vitima-de-ataques-nas-redes/>
<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/11/03/caso-mariana-ferrer-ataques-a-blogueira-durante-julgamento-sobre-estupro-provocam-indignacao.ghtml>
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54803352>. Acesso em: 14 mar. 2021.
<https://theintercept.com/2020/12/20/juiza-determinou-edicao-reportagem-mariana-ferrer/>

⁵¹ Nos autos da ação penal pública proposta pelo Ministério Público em face de André de Camargo Aranha, é imputado ao réu o crime de estupro de vulnerável, tipificado no Art. 217-A, § 1º, do Código Penal, o qual dispõe: “Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos (...) § 1º -Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.” (fhs. 3610 – 3611). Sobre o tipo penal citado, retiramos dos autos os seguintes excertos, possíveis

Assim, nas palavras de Luciani Dalmaschio: “Não está no enunciado, mas está na enunciação”⁵². Essa afirmação explica o ocorrido. Ou seja, independentemente do enunciado “estupro culposo” ter sido usado ou não pelo promotor e/ou pelo juiz, esse acontecimento enunciativo passou a circular nas mídias e foi forte o suficiente para causar indignação e repercussão nacional, movimentando centenas de milhares de manifestações nas redes sociais e levando a hashtag #justiçapormariferer aos *Trending topics do Twiter*. Nessa reportagem, o site do *Intercept* divulgou imagens das audiências virtuais do caso, feitas por meio de videoconferências, das quais analisaremos alguns trechos.

Vamos iniciar as análises com a fala do advogado defensor de Aranha, Cláudio Gastão da Rosa Filho, que mostra fotos publicadas por Mariana Ferrer no seu *Instagram* e se pronuncia da seguinte forma:

(35) – (inaudível)... uma filha com o teu nível. Graças a Deus. E também peço a Deus que meu filho não encontre uma mulher que nem você. E não dá pra dar o teu showzinho. Teu showzinho você vai lá dar no *Instagram* depois pra ganhar mais seguidores. Tu vive disso. Mariana, vamos ser sinceros, fala a verdade. Vamos lá. Tu trabalhava num café, perdeu o emprego, está com o aluguel atrasado 7 meses, era uma desconhecida. Vive disso. Isso é seu ganha pão né Mariana? A verdade é essa, não é? É seu ganha pão a desgraça dos outros. Manipular essa história de virgem.

A enunciação em (35) mostra uma progressão de argumentos da acusação que desqualificam Mariana Ferrer, a fim de questionar a acusação de estupro contra André Aranha, sem que em nenhum momento fosse arguido sobre a relação das fotos com o caso. No trecho inaudível, no início do enunciado, “... uma filha com o teu nível. Graças a Deus.”, podemos incluir, por exemplo, a seguinte estrutura linguística para completá-lo:

(35a) – Eu não tenho uma filha com o teu nível. Graças a Deus.

Esse dizer significa que o ‘nível’ da vítima não é aquele socialmente aceito, segundo as normas de conduta impostas à mulher. Nota-se que o dizer está sendo ‘legitimado’ como uma

referenciais para o termo “estupro culposo” criado pelo jornal *The Intercept Brasil*: 1) “Se, na hipótese concreta, o agente desconhecia qualquer uma dessas características constantes da infração penal em estudo, poderá ser alegado o erro de tipo, afastando-se o dolo e, conseqüentemente, a tipicidade do fato” (fh. 3611); e 2) “[...] Como não foi prevista a modalidade culposa do estupro de vulnerável, o fato é atípico.” (fh. 3611).

⁵² Reunião do Grupo de estudos da UFSJ em 21.10.2020, de forma *on-line*.

graça divina. Já na sequência “E também peço a Deus que meu filho não encontre uma mulher que nem você”, há, igualmente, uma remissão a Deus, e poderia ser reescrita assim:

(35b) – Peço a Deus que meu filho não encontre uma mulher de baixo nível como você.

A reescritura em (35b) pode ser feita pela sua articulação com (35a), na qual o ‘nível’ de Mariana é marcado, não como o de uma moça direita e honesta, mas como o de uma moça desonesta.

Analisemos, agora, o trecho seguinte: “E não dá pra dar o teu showzinho. Teu showzinho você vai lá dar no *Instagram* depois pra ganhar mais seguidores.” O uso do diminutivo em “showzinho”, nesse dizer, produz um efeito de sentido negativo, se considerarmos a relação que estabelece com os enunciados anteriores. Sabemos que ‘show’ é algo feito para chamar a atenção do público, seja com música, performance etc., mas que também se refere à quando uma pessoa extrapola nas medidas e se torna inconveniente. Assim, o advogado recorre a dizeres que diminuem o valor da vítima, tanto pelas fotos sensuais que ela expõe no *Instagram*, consideradas por ele como inapropriadas e vergonhosas, quanto pelo processo de acusação de estupro. Assim, a reescritura do trecho comentado poderia ser:

(35c) – Você fez uma acusação de estupro para dar o teu showzinho.

A fala do advogado (35) termina assim: “Mariana, vamos ser sinceros, fala a verdade. Tu trabalhava num café, perdeu o emprego, está com o aluguel atrasado 7 meses, era uma desconhecida. Vive disso. Isso é seu ganha pão né Mariana? A verdade é essa, não é? É seu ganha pão a desgraça dos outros. Manipular essa história de virgem”. Percebemos que os fragmentos “vamos ser sinceros”, “fala a verdade” e “A verdade é essa, não é?”, colocam em xeque e desconsideram a versão da vítima. Além disso, esse excerto é finalizado com uma afirmação de manipulação em relação ao fato de Mariana ser virgem. Dito isso, a reescritura desse trecho poderia ser organizada da seguinte forma:

(35d) Você está desempregada, não pode pagar as contas e alegou que era virgem para acusar o réu de estupro e ganhar dinheiro e visibilidade. Você é uma mentirosa que vive às custas da desgraça dos outros.

Logo em seguida o advogado Cláudio Gastão mostra mais duas fotos da moça, as quais apresentaremos aqui. O enunciado (36) acompanha a primeira das fotos.

(36) – Essa foto aqui foi extraída de um site de um fotógrafo, onde a única foto chupando dedinho é essa aqui.

Figura 25a – Print da tela da audiência do julgamento



Fonte: Vídeo do Youtube⁵³

O enunciado (36) - “Essa foto aqui foi extraída de um site de um fotógrafo, onde a única foto chupando dedinho é essa aqui.” - acentua, com a palavra “única”, que as demais fotos publicadas no site do fotógrafo são fotos ‘normais’, sem sensualidade, o que, para o pensamento masculinista é algo que uma mulher ‘honesta’ não mostra, já que mostrar sensualidade não é para esposas e filhas, que têm que se apresentar de forma ‘recatada’. Estar bem e revelar o próprio corpo com liberdade é algo que faz parte de uma outra categoria de mulheres: as vadias, como já vimos.

A segunda foto apresentada durante a audiência é acompanhada da seguinte fala do advogado de defesa de André Aranha:

(37) - E com posições ginecológicas é só a dela. (Inaudível)... Não tem nada de mais essas fotos, né?

⁵³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nVdjvURwPb0>. Acesso em: 14 mar. 2021.

Figura 25b – Print da tela da audiência do julgamento



Fonte: Vídeo do Youtube⁵⁴

Em (37) - “E com posições ginecológicas é só a dela. (...) Não tem nada de mais essas fotos, né?” -, a ênfase em “é só a dela” particulariza a foto de Mariana Ferrer como sendo a única “com posições ginecológicas”. O adjetivo “ginecológicas”, usado para descrever a foto, constrói sentidos que desaprovam e depreciam Mariana, sentada com as pernas abertas, visto que se sentar com ‘as pernas abertas’ no memorável da nossa história, e segundo os códigos da moralidade sobre a mulher, é estar se ‘oferecendo’, pois, uma ‘honesta’ tem que manter sempre as pernas fechadas, cruzadas, ocultas. A pergunta ao final, dita em tom irônico, “Não tem nada de mais essas fotos, né?”, é respondida assim:

(38) - Mas eu estou de roupa. Não tem nada de mais mesmo. A pessoa que é virgem, ela não é freira não, doutor. A gente está no ano de 2020.

A enunciação em (38) não tem eco. O advogado de defesa não diz nada, o juiz não se pronuncia. É perceptível, nesse ponto da audiência, a desigualdade na partilha do sensível, na divisão do real, sobre a qual falam Rancière e Guimarães. Vimos, na audiência, “de um lado a afirmação de uma distribuição de papéis, desigualmente, onde alguns podem fazer coisas e outros devem obedecê-las” (GUIMARÃES, 2002, p. 17), distribuição, no caso em análise, feita pelo poder Judiciário; “e de outro a afirmação de pertencimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 17) de Mariana Ferrer à categoria do ser humano na qual todos têm, igualmente, o direito de se defender de qualquer acusação, o que, nesse momento da audiência e em vários outros, não aconteceu. A jovem foi silenciada e teve julgados seus valores morais e sua subjetividade, sem

⁵⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nVdjvURwPb0>. Acesso em: 14 mar. 2021.

que nem o seu advogado nem o juiz se posicionassem enunciativamente sofre os efeitos de sentido que sua fala produziu. Nessa direção, tanto o poder Judiciário, representado pelo juiz, quanto os advogados de defesa e acusação, falaram do lugar da normatividade, da homogeneização do papel feminino na sociedade, a partir de um memorável ainda bastante vívido e, portanto, regularizado. Já a cidadã Mariana Ferrer fala do lugar do dissenso, do lugar da mulher que se apresenta e se porta da forma que mais lhe agrada, sem se ver presa aos padrões sociais, que estabelecem limites que a mulher não deve ultrapassar, para não ser chamada de vadia.

Nos enunciados em análise, estamos diante da contradição própria do político, já que

O político está assim sempre dividido pela desmontagem da contradição que o constitui. De tal modo que o estabelecimento da desigualdade se apresenta como necessária à vida social e a afirmação de pertencimento, e de igualdade, é significada como abuso, impropriedade. Essa desmontagem é o esforço do poder em silenciar a contradição. (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

Ainda a fim de exemplificar o político operando na linguagem, nessa divisão incontornável do real, trazemos mais dois enunciados. Um deles, dito quando Mariana Ferrer começa a chorar depois da sua fala em (38) - “Mas eu estou de roupa. Não tem nada de mais mesmo. A pessoa que é virgem, ela não é freira não, doutor. A gente está no ano de 2020” -, momento em que o advogado Cláudio Gastão a repreende com o seguinte dizer:

(39) - “Não adianta vir com esse teu choro dissimulado, falso e essa lábia de crocodilo”.

O enunciado (39) é desrespeitoso, assim como os demais proferidos pelo advogado do réu. Desqualifica Mariana e usa o seu modo de se apresentar e de se vestir, assim como as fotos do seu *Instagram*, para justificar o ato de estupro do réu André Aranha, que, ao final, foi considerado “estupro culposo”, ou seja, ele a estuprou sem a ‘intenção’ de estuprar.

O último enunciado que trazemos nessa primeira parte de nossa análise é uma fala de Mariana Ferrer, após a repreensão do advogado Cláudio Gastão por ela estar chorando, e o silenciamento do juiz e do advogado que estava ali para defendê-la:

(40) – “Eu gostaria de respeito doutor, Excelentíssimo, eu estou implorando por respeito no mínimo. Nem os acusados, nem os assassinos são tratados da forma como eu estou sendo tratada, pelo amor de Deus, gente. Que que isso? Nem os acusados de assassinato são tratados como eu estou sendo tratada. Eu sou uma pessoa ilibada, nunca cometi crime contra ninguém.”

O pedido de respeito mínimo e a necessidade da vítima de justificar o seu pedido dizendo que “nem os acusados, nem os assassinos são tratados da forma como eu estou sendo tratada”; e repetir o enunciado: “Nem os acusados de assassinato são tratados como eu estou sendo tratada”; e ainda dizer: “Eu sou uma pessoa ilibada, nunca cometi crime contra ninguém”, mostra o quanto o conflito, o desentendimento, estão presentes no espaço judicial, assim como em várias instâncias de enunciação. Ou, nas palavras de Guimarães, já apresentadas aqui: “Esta afirmação de pertencimento, por precisar se repetir como eco por um longo período de discussão, significa a sua falta de sentido no acontecimento. Ou seja, afirmar o direito é neste acontecimento sem sentido, para aqueles que falam do lugar da normatividade” (GUIMARÃES, 2002, p. 17).

A partir de (35a), (35b), (35c) e (35d), e dos enunciados (36), (37) e (39), que manifestam um discurso masculinista e normatizado, ancorados nos referenciais históricos sobre a hierarquia entre os sexos e nos memoráveis pejorativos sobre a mulher, atualizados durante a audiência, construímos a rede que segue, acerca de Mariana Ferrer, mas que poderia se referir a outras inúmeras ‘Marianas’.

Quadro 8 - Rede enunciativa 8: O político na linguagem

Domínio referencial	Efeito de sentido produzido
Uma mulher de baixo nível	vadia/prostituta Autorização de ‘estupro culposo’
Uma mulher que não serve para o casamento	
Uma mulher que se exhibe, dando “showzinho”	
Uma mulher que mostra o corpo e se oferece	
Uma mulher mentirosa e dissimulada	
Uma mulher manipuladora	
Uma mulher falsa	
Uma mulher que não merece respeito	
Uma mulher silenciada	

Fonte: elaborado pela autora.

Os espaços de poder, por estabelecerem quem pode falar e quando pode falar, são, por isso, espaços de enunciação cujo rompimento, cuja subversão, devem ser feitos pela contradição, para que outras vozes apareçam e o redividam, em disputa incessante. Guimarães (2002, p. 17) diz que “o político é a afirmação da igualdade do pertencimento do povo ao povo,

em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todo”. Vimos a divisão desigual do real ao analisarmos os enunciados produzidos na audiência de julgamento de André Aranha e vimos uma divisão do real na qual o poder de enunciação do homem branco, rico e conservador silenciou a enunciação de uma mulher vítima de estupro, que buscava justiça.

Apresentamos a rede enunciativa 8, cujo domínio referencial sustenta e produz o efeito de sentido do estupro como ‘culposo’. Será que o estupro seria perspectivado como ‘culposo’ se a vítima fosse a filha ‘virgem’ de alguém poderoso e o réu fosse algum desconhecido? Provavelmente, não. Analisamos, assim, justamente pela força enunciativa de uns em espaços de poder de dominância, nos quais os outros são os Outros. Porém, no momento em que a audiência virtual foi ‘vazada’, a voz silenciada de Mariana Ferrer ganhou força fora da instância do jurídico e multiplicou-se nas redes sociais. Assim, a contradição pôde mostrar sua voz e movimentou os lugares de dizer em um confronto que, ao ecoar em outros espaços, rompeu aquele inicial, redividindo-o por meio de outras cenas enunciativas; ou seja, por meio de cenas cujos alocutores assumiram enunciações distintas acerca da mulher, por meio de cenas em que o litígio entre ‘ser vadia’ e ‘ser livre’ veio à tona de forma marcada.

Construiremos agora, portanto, uma outra rede enunciativa, a partir de análises de enunciados que têm como ancoragem outros referenciais, formados por vozes que reivindicam novos efeitos de sentido na formulação desse dizer e que, assim, estabelecem o dissenso, o político. Vejamos, então, dois excertos de um posicionamento do Youtuber que comentou o vídeo da audiência virtual:

(41) – Mano, o cara mostrou uma foto do *Instagram* da menina. O que que tem a foto do *Instagram* dela a ver com estupro. Gente, é mesmo que o cara fala: ai a roupa que ela tava pra ser estuprada. (...) O cara quer tirar uma foto do *Instagram* pra justificar alguma coisa.

(42) - (...) sua irmã tirou uma foto sensual. Ou você que é pai, sua filha, num sei, que tem 17, 18, 20 anos tirou uma foto um pouco sensual, isso é motivo pra ela ser estuprada?! De uma foto do *Instagram* dela? (...) Como que um juiz deixa um advogado falar isso pra uma vítima de estupro, como que o próprio advogado dela não pede uma questão de ordem e deixa isso recorrer?... Cara, que planeta nós estamos?

Temos em (41) e (42) um falante que é agenciado por um alocutor-professor. Esse alocutor se posiciona, enfaticamente, contrário aos dizeres que justificam o estupro embasados

no comportamento da vítima e na sua forma de vestir. Percebemos claramente, nesses dizeres, uma voz contrária à voz dominante, isto é, à voz que rompe a hierarquização dos espaços de enunciação, fundada em um outro referencial, o que não objetifica a mulher. Assim, ao fazermos a reescritura, a enunciação em (41) poderia ser redita da seguinte maneira:

(41a) – A foto do *Instagram* de Mariana e a roupa que ela veste não são um convite ao estupro e não justificam o estupro sofrido.

Da mesma forma, o enunciado (42) apresenta a voz da contradição e, dito de outra forma, poderia ser reescrito assim:

(42) – Uma foto um pouco sensual não é motivo para uma mulher ser estuprada; uma vítima de estupro não pode ser responsabilizada pelo estupro por causa de uma foto sensual, e o sistema de Justiça deve acolher e não permitir humilhação.

Após a circulação de vídeos da audiência, houve muita indignação pela desqualificação e culpabilização da vítima, Mariana Ferrer, e pelo Ministério Público ter oferecido uma tipificação inexistente ao estupro, inocentando o réu, André Aranha, empresário e filho de um dos advogados da Rede Globo. As redes sociais, como já dissemos, movimentaram centenas de milhares de manifestações, levando a hashtag #justiçapormariferrer aos *Trending topics do Twiter*. Nesse vasto universo de enunciações sobre o caso, escolhemos dois exemplos para análise. Vamos ao primeiro:

(43)

Figura 26 – Print da tela do *Twiter*



Fonte: Imagem do *Twiter*⁵⁵

⁵⁵ Disponível em: https://twitter.com/search?q=mariana%20ferrer&src=recent_search_click. Acesso em: 14 mar. 2021.

O exemplo (43) toca em uma questão que movimenta o político, isto é, a disputa pela palavra; questão esta que sempre foi e ainda é bastante conflituosa: a desigualdade gerada pelo gênero, cor e classe social. A crítica feita à justiça nos trechos “que não funciona pra mulher”, “Se o cara for branco e rico” e “no final o cara ta solto ai?” nos remete a uma voz que se ancora em um referencial contrário àquele que deveria contornar o espaço de enunciação jurídico, ou seja, o da injustiça. A alocutora, ao final de seu pronunciamento, traz para o dizer as inúmeras mulheres que nem têm como recorrer às redes sociais, como Mariana, para avolumar a luta por justiça. “O tanto de Marianas Ferrer sem mídia que existem”, provavelmente nem têm suas causas julgadas.

Em (44), efeito de sentido equivalente é produzido:

(44)

Figura 27 – Print da tela do *Twitter*



Fonte: Imagem do *Twitter*.⁵⁶

A alocutora, mobilizada em (44), é também uma alocutora que enuncia a partir de um lugar contrário ao espaço de enunciação ocupado pelo poder judicial, cujas cenas enunciativas são visivelmente formadas por alocutores que veem a mulher de forma objetificada. Em (44), há a valorização da ascensão da mulher ao poder: “Meu Deus faltou uma mulher pra fazer esses idiotas calarem a boca”. Para a comentadora, o pertencimento feminino precisa ser reivindicado pela participação de mulheres nesses espaços de dizer, que são espaços políticos. Afinal, “fundado no conflito, o político é o que produz estabilidade, reforça discrepâncias e exclusões, mas também é o que permite o movimento, a inclusão e a produção de condições de igualdade, segundo o modo como se dá o embate das forças em jogo.” (OLIVEIRA, 2014, p. 45). ‘Uma

⁵⁶ Disponível em: https://twitter.com/search?q=mariana%20ferrer&src=recent_search_click. Acesso em: 14 mar. 2021.

mulher capaz de calar a boca dos homens (desses idiotas)’ não representa, portanto, uma mulher capaz de um ato de violência, configura-se, antes, como alguém a quem é dado o direito de dizer e, fazendo uso desse direito, produzir a desmontagem da desigualdade do real em uma tentativa de reordenamento, de reorganização.

Por último, para fazer coro às vozes da contradição, em cujo espaço atua o político, trazemos a seguinte *charge*:

(45)

Figura 28 - Charge



Fonte: Rede social *Facebook*⁵⁷

Os enunciados expressos em (45) são uma crítica aos modos de organização dos papéis sociais no que se refere à mulher, e a uma sociedade que ainda tem como referenciais aqueles que a colocam em um lugar de aprisionamento do seu ser, da sua voz, enfim, dos seus desejos. Essa charge foi coletada na Rede social *Facebook* em novembro de 2020 e faz alusão ao caso de estupro de Mariana Ferrer. Percebemos a inversão dos papéis. O estupro ‘culposo’ é, nesse exemplo, um ato de deslize, um ‘tropeço’ e o réu é colocado como vítima da mulher que “tava pedindo”, pela “roupa de puta, foto de puta”. Assim, um “pobre rapaz vítima do feminismo” é um “pobre rapaz” vítima de uma mulher ‘vadia’, aquela que, conforme descrevemos na seção 4.1 desta pesquisa ‘exerce suas vontades e seus desejos em primeiro lugar.’ Vale ressaltar que, por se tratar de um texto cujo gênero tem como uma das premissas a ironia, tais enunciados

⁵⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3491362644262988&set=a.311589092240375> Acesso em: 14 mar. 2021.

produzem efeitos de sentido que questionam a linearidade dos dizeres aí materializados, de modo a localizá-los no lugar da dúvida e, portanto, da subversão.

Os exemplos (41), (42), (43), (44) e (45) formam um conjunto de dizeres que se contrapõem àqueles que produziram a rede enunciativa cujo domínio referencial é o da mulher vadia/desonesta e que, portanto, produz um efeito de sentido que autoriza o estupro ‘culposo’. Dessa forma, vejamos como tais exemplos podem constituir uma nova rede de significação.

Quadro 9 - Rede enunciativa 9: O político na linguagem

Domínio referencial	Efeito de sentido produzido
Mulher pode usar a roupa que quiser	vadia/livre Desautorização de estupro ‘culposo’
Mulher pode publicar a foto que quiser	
Mulher pode sensualizar como quiser	
Mulher pode se sentar como quiser	
Mulher pode beber o quanto quiser	
Mulher pode trabalhar onde quiser	
A justiça deve acolher e respeitar a mulher	
A justiça deve funcionar para a mulher	

Fonte: elaborado pela autora.

A partir da contraposição das duas redes enunciativas produzidas, é possível analisar como o político opera nos espaços de enunciação. O político é o próprio conflito, já que, conforme Guimarães (2002), os espaços de funcionamento da língua são espaços de enunciação que estão sempre sendo divididos, em uma disputa incessante, porque o homem fala. Nesse espaço, os falantes são “divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 18-19). Vale ressaltar que essas relações de disparidade são relações de palavras, que significam as relações sociais. Dito de outra forma: significar-se ou ser significada como ‘vadia/livre’ ou como ‘vadia/prostituta’ corresponde a fazer ou a não fazer parte no cotidiano social, a ter direitos ou a não ter direitos, a pertencer ou a não pertencer. Assim, podemos dizer que estamos sempre diante de pontos e contrapontos, que movimentam a roda da palavra, da linguagem, da vida.

CONCLUSÕES

Ao escrever essa dissertação, fui agenciada pela língua a dizer. Pensamos sempre que somos nós que a dominamos, mas não é bem assim... O fato, é que a língua nos oferece palavras, sons e modos combinatórios, como diz Guimarães (2018), que são próprios dela mesma e, com isso, temos à disposição tanto os elementos que a língua nos oferece quanto a possibilidade de criar outros elementos até então inexistentes, desde que autorizados pelas regularidades que sustentam o linguístico, como o que eu vi em uma foto de pichação, e que trago aqui por relacionar-se com a nossa pesquisa. Esse enunciado dizia assim: “Se ser livre é ser vadia, somos todxs vadias”. “Todxs” foi escrito porque alguém o criou. A troca do ‘a’ pelo ‘x’, em “todxs”, produziu um novo efeito de sentido ao acontecimento: o efeito de reivindicação do direito a ‘ser’ e a ‘ser em coletividade’, o efeito de pertencer. Entretanto, mesmo as palavras que criamos, o fazemos segundo uma prática já existente, já prevista, de certa forma, nos modos de combinar. (GUIMARÃES, 2018). Além de sermos agenciados pela língua em função da sua estrutura, também somos agenciados por ela enquanto representantes de um papel social, o que nos limita em relação aos modos de dizer a partir dos lugares nos quais enunciamos. Guimarães (2018) diz que o falante afeta a língua; e a língua agencia o falante. Esse agenciamento é quase imperceptível, e aconteceu comigo, para além das análises teóricas.

A fim de desenvolver a pesquisa a que nos propusemos, elaboramos o *corpus* por meio de entradas de busca nas plataformas *Google, Twitter e YouTube*, à procura de referenciais históricos que ancorassem a regularização do sentido pejorativo da palavra vadia, assim como enunciados que construíssem um novo referencial, o da liberdade da mulher. Dessa forma, ao buscarmos enunciados para as nossas análises, tanto eu quanto a minha orientadora, a professora Luciani Dalmaschio, nos deparamos com tal ‘enxurrada’ de dizeres, que, no momento de selecioná-los, foi difícil escolher uns e deixar outros... A vontade, era a de estender o texto, espremer aqui e ali, apresentar todos eles. Difícil tarefa, a de fazer uma seleção, tal o movimento enunciativo que esse assunto produz em relação aos usos. Foi uma ‘explosão de corpus’, disse a professora Luciani. Agora, ao lembrar da fala dela, me veio à cabeça: ‘uma explosão de corpos’. “Uma explosão de” convida o falante a preencher lacunas, abre portas para muitas possibilidades e, portanto, exige recortes. A Marcha das Vadias foi exatamente isso: uma explosão de *corpus* e de corpos.

A partir da marcha, surgiram novas significações para a palavra vadia, com sentidos de valorização da mulher; e foi em consequência disso que elegemos a nomeação ‘**vadia**’ como

nosso **objeto de pesquisa**, por trazer em si produções de sentidos distintos daqueles pejorativos, instalando a disputa pelo direito de dizer. **Sob a perspectiva da Semântica da Enunciação**, estabelecemos como objetivo principal a reflexão sobre os agenciamentos enunciativos, configurados politicamente, que são realizados, a fim de que ocorra a (re)significação da palavra vadia.

Com esse propósito, elencamos para a nossa pesquisa, o **objetivo geral de identificar e analisar esses agenciamentos enunciativos, configurados politicamente, que sustentam o processo de (re)significação da palavra vadia**. Dessa maneira, e com o intuito de oferecer sistematização ao objetivo geral, estabelecemos três objetivos específicos, sendo que os dois primeiros recortaram domínios referenciais de ancoragem da palavra vadia situados sob perspectivas opostas (vadia como prostituta *versus* vadia como livre) e o terceiro apresentou o conflito político na enunciação, a partir de cenas enunciativas em confronto, pelo uso dos sentidos em oposição produzidos pela palavra.

O **primeiro objetivo específico** estabelecido foi explicitar o domínio referencial que ancorou/ancora a regularização do sentido da palavra vadia sob uma ótica depreciativa, na qual a mulher ‘vadia’ correspondente à prostituta. Para alcançar esse objetivo, buscamos por memoráveis situados em referenciais históricos de depreciação da mulher, presentes no discurso masculinista, independente de quem os produza. Um desses memoráveis foi analisado ao falarmos sobre cena enunciativa, quando trouxemos o enunciado: “Lugar de mulher é na cozinha”. Situado em um referencial que limita a mulher ao espaço do lar, esse dizer regulariza, portanto, o sentido de vadia com valoração negativa para aquela mulher que extrapola os espaços da casa.

O **segundo objetivo específico** foi analisar como se deu o processo de reescrituração da palavra vadia pelo referencial de liberdade. Assim, procuramos por enunciados que, movimentando e atualizando os memoráveis, produziram outros sentidos sobre a mulher a partir das atualizações dos dizeres. O mesmo enunciado com o qual ilustramos o primeiro objetivo, “Lugar de mulher é na cozinha”, quando deslocado do seu espaço regularizado, é ancoragem para a produção de diversos outros sentidos, que instalam uma ruptura no dizer masculinista. Assim, é possível a criação de enunciados como: “Lugar de mulher é onde ela quiser”, que não reconhece, mas ao contrário, se posiciona em confronto com aquele estabilizado, em movimentos enunciativos de ampliação e afirmação da liberdade da mulher para ‘fazer o que se quer’, ‘estar onde se quer’ e ‘ser o que se quer’.

Por fim, no nosso **terceiro objetivo específico** apresentamos o político operando na língua pelos movimentos de sentido acerca da representação social da mulher, apontada pelo

sentido de liberdade reescrito em vadia, ou seja, analisamos o político operando na/pela língua por meio do sujeito político. Dito de outra maneira, analisamos enunciados que se contrapõem um ao outro ao significar a mulher como vadia, gerando, com isso, um confronto de dizeres.

De acordo com Rancière (1996), o confronto de dizeres, esse conflito incessante, é a base da engrenagem na qual se sustenta a político, o desentendimento. Assim, o conflito que se instala em uma determinada situação de palavra, não é devido a um desconhecimento, mal-entendido, dissimulação ou imprecisão das palavras. Repetimos aqui uma citação do autor que, para nós, semanticistas, é muito significativa: o que ocorre, “não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa” (RANCIÈRE, 1996, p. 11). Ou seja, “embora entenda claramente o que o outro diz, ele não vê o objeto do qual o outro lhe fala; (...) ele vê e quer fazer ver um objeto diferente sob a mesma palavra” (RANCIÈRE, 1996, p. 12).

Ao analisarmos os enunciados de trechos da audiência virtual do julgamento sobre o caso da Mariana Ferrer, assim como os comentários feitos nas redes sociais, vimos o conflito operar nas vozes situadas em espaços bastante marcados. De um lado, as vozes que significam a mulher como vadia (prostituta) situavam-se em um espaço predominantemente masculino (o espaço jurídico), composto por, além da vítima, o réu, os advogados de defesa e acusação e o juiz, todos homens. Interessante percebermos que foi nesse espaço, habitado por enunciações masculinas e masculinistas que a vítima foi condenada pelo seu modo de ser e estar no mundo, comportamento que teria motivado e justificado o estupro. Parece paradoxal dizermos que ‘a vítima foi condenada’, mas nossas análises demonstraram exatamente isso: a sentença de um ‘estupro culposo’, que, conforme definições que circularam/circulam em enunciações diversas, deve ser definido como ‘aquele em que não se tem a intenção de acusar o estuprador’.

De outro lado, as vozes que significam a mulher como livre para ser e fazer o que quiser, vindas das redes sociais, de plataformas que abarcam uma amplitude imensurável de dizeres, situam-se em um espaço enunciativo cujos referenciais são os de valorização da mulher, ou seja, o espaço da ruptura, em que as atualizações enunciativas se dão no sentido de uma (re)construção do papel social feminino. Assim, a mesma palavra, ‘vadia’, é significada de forma diferente. Não se trata, portanto, de se dizer ‘prostituta’ (“branco”) ou ‘livre’ (“preto”), trata-se, antes, de se dizer ‘vadia’ (“branco”) e ‘vadia’ (“branco”) e significarmos aí dois objetos simbólicos distintos.

Durante as análises, nos demos conta de um movimento enunciativo regular das vozes masculinistas em relação aos referenciais históricos sobre a mulher ‘honesta’: aquela “Bela, recatada e do lar”, submissa ao marido, aos filhos e às regras. Esse apego aos referenciais da

mulher honesta não se fez presente de forma explícita nos enunciados do julgamento, entretanto, pôde ser percebido pelo uso de enunciados de menosprezo à vítima, cujos efeitos estavam na contramão dos primeiros. Ou seja, significar o que não pode ser, corresponde ao mesmo tempo, significar o que deveria ser. No entanto, o meio digital abriu janelas para um movimento a favor da mulher e do seu lugar na sociedade, que nunca existiu nas mídias impressas com tal poder de movimentação de sentidos. Diante disso, essas plataformas possibilitam a ressignificação do que é ser mulher, do que é ser ‘honesta’ ou ‘desonesta’, e se constituem como um espaço de luta e de ruptura com a normatividade.

Retomando Hollanda (2020), o feminismo abriu caminhos para “a potencialização política e estratégica das vozes dos diversos segmentos feministas interseccionais e das múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala” (HOLLANDA, 2020, p. 13). Essa expansão, associada aos novos espaços enunciativos, contribui fortemente para as mudanças com relação à representação social da mulher, já que os discursos na contemporaneidade saem do espaço público (do urbano) e se movem para o espaço tecnológico/virtual – o ciberespaço, no qual uma ‘enxurrada’, uma ‘explosão’ de efeitos de sentidos são produzidos, e onde as vozes não podem ser silenciadas.

Por fim, gostaria de dizer que, para mim, foi um desafio falar, na condição de mulher feminista, a partir de um espaço de enunciação que é o espaço da academia, de uma universidade, a partir desse gênero textual Dissertação de Mestrado, no qual é necessário um distanciamento do objeto de pesquisa. Isso porque, embora agenciada como alocutora-estudante de mestrado, inúmeras vezes fui tomada pela alocutora-feminista/divorciada/mãe de duas filhas mulheres. Sempre soube, pelas defesas a que assisti, como é importante sermos imparciais e evitar os afetos. Por isso, tantas vezes me políciei para que essa alocutora, tomada por tudo que implica ser mulher, não ficasse tão evidente, tão marcada; para que não aparecesse onde não era convocada a falar.

Fui tomada pela língua, tanto em sua estrutura, quanto em seus espaços enunciativos, pelos quais transitamos. Fui agenciada como falante da língua ‘brasileira’, como alocutora-estudante-mãe-mulher-feminista-cidadã, o que provocou em mim uma maior compreensão de mim mesma.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, M. *A voz e a escuta*. Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo: Blucher, 2ed, 2016. Livro eletrônico.
- BENVENISTE, E. (1969). Semiologia da língua. In: BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. 2.ed. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ed, v.2, p. 16-95, 2009.
- CLARK, S. *Pensando com Demônios*. A ideia da bruxaria no princípio da Europa Moderna. São Paulo: EDUSP, 2006.
- DALMASCHIO, L. Uma semântica de base enunciativa x a construção histórico-político-social do sentido. In: *As letras da política*. Rio de Janeiro: Mauad x, 2015.
- DEL PRIORE, M. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORI, M. (Org.), *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 78-114.
- DIAS, L. F. *Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa*. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22, jan./jun. 2013a. DIAS, L. F. *Pertinência enunciativa e sustentação referencial: nos limites do sintático e do semântico*. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 9, n. 2, p. 389-398, 2013b.
- DIAS, L. F. A "linguagem cidadã" em questão: uma abordagem enunciativa. In: BRESSANIN, J. A.; ZATTAR, N.; KARIM, T. M.; DI RENZO, A. M. (Org.). *Linguagem e interpretação: a institucionalização dos dizeres na história*. Campinas: Editora RG, p. 211-222. 2013c.
- DIAS, L. F. Sentido e enunciação: a atualidade do conceito de acontecimento na Semântica. *Revista Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 1-290, junho de 2015.
- DIAS, L. F. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas: Pontes, 2018.
- FLORES, V. N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- FOUCAULT, M. (1969). *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GUIMARÃES, E. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- GUIMARÃES, E. Língua e enunciação. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, (30), p.99- 103, jan./jun. 1996.
- GUIMARÃES, E. Textualidade e enunciação. In: *Escritos 2. Laboratório de Estudos Urbanos Nudrec (LABEURB)*. São Paulo: Unicamp, 1998.

- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. *In: A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes, 2007.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 4.ed. Revisada. Campinas, São Paulo: Pontes, 2017.
- GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2018.
- HOLLANDA, H. B. de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- MAINGUENEAU, D. (1998). *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- OLIVEIRA, S. E. Sobre o funcionamento do político na linguagem. *In: Língua e Instrumentos Linguísticos*. n.34, jan.-jun. 2014, p. 41-53. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao34/edicao34.html>. Acesso em: 19.03.2021
- PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.
- RAMINELLI, R. E. T. *In: DEL PRIORI, M. (Org.), História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- RANCIÈRE, J. *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 – 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SCHMIDT, S. P. O Feminismo, ainda. *In: Mulheres, Linguagem e Poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira*. São Paulo: Blüeter, 2015. p. 291- 303.
- SILVA, C. D. *Glossário da Semântica da Enunciação*. 2019. 50f. Trabalho de Estágio Pós-Doutoral (Pós-Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/nucleos/enunciar/Diniz_Gloss%C3%A1rio.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.
- SOUZA, L. M. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA DIAS. *A lógica do acontecimento – Deleuze e a Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

VAN DIJK, T.A. *Discurso, notícia e ideologia*. Tradução: Zara Pinto Coelho. Porto: Campo das Letras, 2005.